
Os Primeiros Países Socialistas ⁽¹⁾

Por ocasião do 50.º aniversário da morte de I.V. Stáline

• **Marco Martinengo**

«No lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos de classe surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre

desenvolvimento de todos»

Manifesto do Partido Comunista (1848)²

I

Devemos aproveitar o 50.º aniversário da morte de Stáline (em 5 de Março de 1953) para estudar a experiência dos primeiros países socialistas e divulgá-la.

Caso se refiram a este aniversário, a burguesia e todos os que estão sob a sua influência discutirão a personalidade de Stáline (1879-1953), as suas características e o seu papel na história. Pela sua natureza, a burguesia tem uma concepção marcadamente individualista da história, e mesmo que reconheça que não é Deus que faz a história dos homens, mantém a convicção de que, para o bem e para o mal, são as grandes personalidades que a fazem. Para ela, os primeiros países socialistas são uma criação das grandes personalidades que os dirigiram. A maioria dos burgueses que se interesse por este aniversário tirará das suas gavetas discursos mais ou menos elaborados sobre «os crimes de Stáline e do stalinismo». É inevitável que assim seja. Durante décadas, Stáline representou para a burguesia o pesadelo do fim dos seus valores e privilégios, o pesadelo que os primeiros países socialistas durante a sua existência fizeram pairar sobre ela. Aqueles que pretenderem distinguir-se concederão que a pessoa também tinha as suas qualidades. Aqueles que quiserem impressionar os frequentadores dos seus salões sustentarão que foi um homem com grandes qualidades. Estes discursos não nos interessam. Todos têm um objectivo político comum: denegrir a experiência dos primeiros países socialistas ou pelo menos desvalorizar esta experiência, que, pelo contrário, tem hoje uma grande importância para o futuro da história da

¹ Marco Martinengo, *I Primi Paesi Socialisti*, Edizioni Rapporti Sociali, 2003.

² *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. Avante!, Lisboa, 1982, t. I, p. 125. (N. Ed.)

humanidade. Além do mais é uma importante fonte de ensinamentos para as tarefas que nos aguardam nesta fase de renascimento do movimento comunista.

A concepção marxista da história, que é a nossa, reconhece naturalmente que existem diferenças entre os papéis desempenhados pelos diferentes indivíduos na vida social e na história. Stáline desempenhou seguramente um grande papel na experiência dos primeiros países socialistas. Durante 30 anos esteve à frente do partido comunista do primeiro e mais importante país socialista, a União Soviética. Personificou as esperanças, as paixões e as iniciativas que este país suscitou e alimentou nas classes e povos oprimidos, de um extremo ao outro do planeta, durante uma grande parte do século passado. Ao longo de décadas «*fazer como a Rússia*» foi a luz que iluminou a vida de milhões de homens e mulheres oprimidos e foi a ameaça que atormentou a vida da burguesia, da aristocracia, do clero e dos ricos em geral. Mas só é possível caracterizar correctamente os papéis dos diferentes indivíduos na base da compreensão das características do movimento social no seio do qual actuaram. Se por hipótese o mesmo indivíduo, com as mesmas características pessoais, actuar da mesma maneira em contextos e circunstâncias sociais diferentes, pode desencadear fenómenos totalmente diferentes, inclusivamente opostos. Tomemos o exemplo de um homem vigoroso e valente: no campo de batalha revela-se um soldado valioso, mas ao regressar à vida civil pode não conseguir integrar-se na sociedade. Ou o de um operário apaixonado pela sua profissão: na sociedade capitalista, o patrão tenderá a aproveitar-se dele e ele próprio poderá mostrar-se avesso à participação na luta de classes; na sociedade socialista terá uma forte probabilidade de se tornar num elemento de vanguarda.

Não é por acaso que a burguesia, desde que entrou na fase imperialista, se recusa a examinar o contexto social concreto e a identificar na relação com este o significado da actuação dos indivíduos. Isto acontece porque, na actual fase imperialista, se indagarmos qual o papel dos representantes burgueses, mesmo os mais ilustres, na resolução dos problemas fundamentais da sua época, descobre-se a sua acção negativa. Mas se, pelo contrário, construirmos a história conforme as concepções burguesas, abre-se campo para todo o tipo de falsificações e invenções. No final de Janeiro deste ano, inesperadamente, disseram-nos a nós, italianos, que tínhamos tido no nosso seio durante décadas um génio e um santo, um «*advogado dos trabalhadores*». Referiam-se a Giovanni Agnelli³ [falecido em 2003 (N. Ed.)], o explorador que os operários tiveram de suportar durante anos. Também o criador da iniciativa «Jardim dos Justos», Gabriel Nissim⁴ teoriza: «*Não importa que alguém seja fascista, comunista ou fundamentalista, o importante é que saiba reconhecer o mal e escolher o homem.*» Mas que indivíduo será este que tanto pode ter o reconhecimento de um fascista como de um comunista? É algo que só

³ **Agnelli**, Giovanni (1921-2003), industrial italiano, principal accionista do grupo automobilístico *FIAT*, o qual representa 4,4 por cento do PIB de Itália, emprega 3,1 por cento da mão-de-obra industrial e representa 16,6 por cento do investimento em investigação industrial. Foi o homem mais rico da história moderna da Itália. (N. Ed.)

⁴ **Nissim**, Gabriel (1950), jornalista italiano, historiador e ensaísta. Fundou em 1982 a revista *L'Ottavo Giorno*, dedicada aos dissidentes dos países da Europa de Leste, e realizou múltiplos documentários televisivos sobre a oposição comunista clandestina e sobre as condições dos judeus no bloco socialista. Trabalhou ainda em grandes jornais italianos como *Il Mondo*, *Il Giornale* e *Corriere della Sera*. Em 2001 funda e dirige a organização internacional «Jardins dos Justos» que reclama justiça sobre todos os genocídios. (N. Ed.)

podemos descobrir se colocarmos aquela afirmação no seu contexto. E quando o fazemos descobrimos que se trata de uma tese racista em que o homem é o judeu perseguido e que não há mal em ser-se fascista desde que ajude os judeus, os quais para Nissim continuam a ser o «*povo eleito*».

Mas não devemos deixar que discursos sobre as características pessoais de Stáline (por muito difamatórios ou enaltecedores que sejam) nos desviem da experiência histórica dos primeiros países socialistas. É apenas estudando-os no contexto histórico concreto que poderemos determinar os méritos e os erros dos dirigentes comunistas que, como Stáline, encabeçaram essa enorme e titânica empresa de que falaremos de seguida. Tanto mais que, no período actual, para quem queira ser comunista, é particularmente importante e urgente conhecer, estudar e compreender a experiência histórica dos primeiros países socialistas. Face ao marasmo económico, político e cultural em que o mundo está mergulhado, a classe dominante e os indivíduos ao seu serviço ou submetidos à sua influência ideológica afirmam que «*de qualquer forma não é possível um mundo diferente*», «*de qualquer forma não é possível um sistema social diferente*». Procuram levar as pessoas à resignação e ao desespero ou, no melhor dos casos, tentar conter os excessos e reparar aqui e acolá as brechas mais intoleráveis da sociedade actual. Os burgueses mais progressistas chegam inclusivamente a pregar e praticar a caridade e a beneficência: reconhecem que mesmo os proletários têm direito a comer até à saciedade. Os mais audazes chegam até a exortar os representantes da classe dominante a «*criar um fundo internacional para pôr fim à fome e à miséria*»! Os burgueses combinam o esquecimento com o denegrimento dos primeiros países socialistas para impedirem que se difunda a consciência de que um mundo diferente, uma ordem social diferente, não só é possível como já deu os primeiros passos, fez os primeiros testes, nos primeiros países socialistas construídos pela primeira vaga da revolução proletária, na primeira metade do século que acaba de terminar.

Porque é que a burguesia e os seus seguidores consideram os primeiros países socialistas como a ovelha negra da história da humanidade? Desde há quase 30 anos que estamos mergulhados na segunda crise geral do capitalismo. A classe dominante, a burguesia imperialista, tem todo o interesse em ocultar ou denegrir a experiência destes países, surgidos como resposta à primeira crise geral do capitalismo (1910-1945) e que durante décadas subtraíram um terço da humanidade à dominação da burguesia imperialista. O nosso interesse, o interesse de todos aqueles que procuram uma saída do marasmo actual da segunda crise geral do capitalismo, em estudar cuidadosamente esta experiência é igualmente evidente.

II

A compreensão de que cedo ou tarde a sociedade burguesa dará lugar à sociedade comunista não decorre do surgimento dos primeiros socialistas nem dos êxitos que estes alcançaram. Esta consciência é anterior ao surgimento dos primeiros países socialistas. Ela precedeu em 70 anos a revolução de Outubro (1917), que marcou o início da construção da União Soviética, o primeiro país socialista, numa grande parte do território que até então constituía o império do

tsar da Rússia. A conclusão de que, cedo ou tarde, a sociedade comunista substituir-se-á inevitavelmente à sociedade burguesa, é uma descoberta de Marx e Engels na primeira metade do século XIX, há mais de 150 anos, feita com base no estudo da evolução da sociedade burguesa e do que esta representou para a história da humanidade. Esta descoberta foi anunciada e explicada no *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Os homens tinham criado as forças produtivas materiais e intelectuais suficientes para não se verem forçados a viver precariamente e passar uma grande parte da sua vida a tentar arrancar à natureza o indispensável para viver. As forças produtivas que permitem esta passagem histórica têm um carácter colectivo. Estes dois factores, criados e desenvolvidos constantemente pela humanidade sob a direcção da burguesia, tornam possível e necessário o advento da sociedade comunista. Podemos afirmar isto com a mesma certeza e precisão com que, perante uma mulher grávida, podemos dizer que, cedo ou tarde, nascerá um novo ser humano, sem no entanto arriscarmos uma data, a maneira como nascerá ou o que lhe irá acontecer durante a sua vida futura. Esta descoberta de Marx e Engels foi plenamente confirmada pela evolução registada na sociedade burguesa e na humanidade no seu conjunto ao longo dos últimos 150 anos. Hoje somos capazes de medir os passos dados pela humanidade para este parto, para esta transformação, mesmo que não estejamos ainda em condições de determinar em que momento e sob que formas ela se concretizará. Isto porque se trata de uma criação que será realizada livremente pelas pessoas, e mais em particular pelos operários e pelas massas populares sob a sua direcção, ou seja, experimentando e rectificando, e experimentando novamente, tal como aconteceu com todas as grandes transformações históricas realizadas pela humanidade ao longo dos cinco mil anos conhecidos da sua existência. Não existe nenhum Deus nem génio que saiba já tudo e que nos guie. Este parto só pode pois produzir-se mediante a intervenção activa das amplas massas, mobilizadas, organizadas e dirigidas por partidos comunistas visando tal fim: «*A violência é a parteira da história*».⁵ Mas este é um assunto diferente do que queremos tratar agora.

Do que queremos agora tratar sobretudo é 1) as formas que tiveram os primeiros países socialistas; 2) os ensinamentos que trouxeram àqueles que hoje lutam contra a burguesia imperialista e demais forças conservadoras e reaccionárias.

Para retirar os ensinamentos contidos na experiência dos primeiros países socialistas é preciso avaliar os países socialistas segundo as categorias que lhes são próprias. É preciso considerá-los como uma formação socioeconómica surgida pela primeira vez na história e descobrir as suas categorias e as suas contradições específicas. Se quisermos estudar uma nova espécie animal, não obteremos nenhum resultado válido se nos limitarmos a compará-la com uma outra que já conhecemos. Em particular, é necessário evitar «*medir os países socialistas com a bitola dos países capitalistas*». Persistir em fazê-lo e procurar assimilar o sistema económico e social dos primeiros países socialistas ao capitalismo de Estado ou ao despotismo asiático, ou a qualquer outra formação socioeconómica do passado, é adoptar uma posição análoga à dos representantes do mundo feudal que, durante séculos, ao longo de todo o período de afirmação do modo de produção capitalista e

⁵ Esta conhecida citação de Marx tem a seguinte formulação exacta: «*A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está grávida de uma nova.*» K. Marx, *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo III, Ed. Avante!, Lisboa, 1997, p. 849. (N. Ed.)

da sociedade burguesa, persistiam em avaliar a nova sociedade que surgia com a bitola da velha sociedade. Hoje salta à vista que a incapacidade que revelavam na apreciação dos burgueses, das suas actividades, costumes e carácter, equivalia aproximadamente ao desprezo que os seus autores sentiam por eles e ao repúdio do novo mundo do qual acreditavam poder desdenhar.

Os primeiros países socialistas constituíram a primeira tentativa prática e em grande escala, realizada pela classe operária moderna, de levar o conjunto dos trabalhadores, até então explorados e oprimidos, a abandonarem a sua condição servil e as concepções e costumes a ela ligados, fruto de uma história milenar de divisão em classes. Procuraram criar relações sociais e concepções baseadas na associação dos trabalhadores, instaurando numa medida crescente o domínio destes mesmos trabalhadores associados sobre as suas actividades e sobre eles próprios, caminhando assim para a sociedade comunista. O estudo desta experiência histórica é inútil para quem não está convencido de que foi esta a tarefa histórica à qual os primeiros países socialistas se consagraram. Neste caso valerá mais estudar-se a experiência dos países capitalistas até se compreender para onde conduz a dinâmica das suas contradições específicas. Quem descortina claramente o papel histórico dos países socialistas, para retirar os ensinamentos da sua experiência, terá de se interrogar: Até onde chegaram na realização das suas tarefas antes de inverterem a direcção da sua marcha? Como o conseguiram, através de que medidas, instituições e movimentos?

III

O primeiro país socialista, a União Soviética, foi constituído durante a primeira grande guerra inter-imperialista (1914-18). Depois, em 1924, nasceu a República Popular da Mongólia. A segunda guerra inter-imperialista (1939-1945) conduziu à criação de oito democracias populares na Europa Oriental (Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Polónia, República Democrática Alemã e Roménia) e da Coreia do Norte. Em 1949 foi constituída a República Popular da China (RPC). Nos 25 anos seguintes formaram-se países socialistas em Cuba, Vietname, Laos e Cambodja. Na sua máxima extensão, os países socialistas abarcaram um terço da humanidade. Em meados dos anos 50, na União Soviética e nas democracias populares da Europa Oriental, começou a restauração gradual e pacífica do capitalismo que prosseguiu até à sua implosão e derrocada entre 1989 e 1991. A República Popular da China, na sequência do golpe de Estado de 1976 contra o «Bando dos Quatro», sancionado pela «Resolução sobre a História do Partido Comunista Chinês», aprovada pelo CC do PCC, em 27 de Junho de 1981, entrou por sua vez na fase de restauração gradual e pacífica do capitalismo (a qual está ainda em curso, sob uma forma diferente em certos aspectos da seguida na URSS). Foi constituído um sector da economia no qual vigora a propriedade privada dos meios de produção e o mercado da força de trabalho. De qualquer modo, a viragem política efectuada no final dos anos 70 liquidou o papel da RPC e do PCC no movimento comunista internacional, destruiu muitas das conquistas alcançadas pelas massas populares e operárias chinesas, reforçou muito a burguesia e fez surgir graves contradições nacionais que minam já hoje o regime político do país. No que toca à sua economia, a RPC está hoje ligada de modo substancial aos

investimentos directos e financeiros dos grupos imperialistas internacionais e às exportações, particularmente para os EUA (em 2002, a balança comercial com os EUA atingiu um excedente comercial a favor da RPC de cerca de 100 mil milhões de dólares, face a um Produto Interno Bruto da RPC de cerca de dois biliões de dólares (milhões de milhões). Portanto, a China depende mais do sistema imperialista mundial que a União Soviética dependia na época de Bréjnev (1964-1982).⁶

Quanto aos demais países do antigo campo socialista, os partidos comunistas que dirigem Cuba, Coreia do Norte, Vietname e Laos continuam a declarar que seguem a linha socialista. As relações actualmente existentes entre partidos e organizações do movimento comunista internacional são escassas e superficiais e as nossas forças actuais são ainda fracas. Por conseguinte não estamos em condições de conhecer suficientemente a orientação efectiva que seguem. Em nenhum destes países conhecemos qual é, de acordo com os respectivos partidos comunistas, a sua composição de classe e em que ponto e em que fase se encontram na luta de classes. Certamente porém que a influência revisionista que sofreram no passado produziu neles confusão e desorientação ideológicas, e não nos consta que tenham ultrapassado os limites do velho movimento comunista em que os revisionistas prevaleceram. Depois da derrocada do campo socialista, entre 1989 e 1991, tiveram de fazer face não só à luta de classes interna, mas também a uma situação internacional muito desfavorável. Para afrontar as dificuldades, fizeram e fazem concessões em muitos domínios à burguesia interna e ao capital internacional, as quais, podendo ser recuos momentâneos necessários para ganhar tempo, exercem em simultâneo uma influência desagregadora em certos membros do partido, sobretudo nos elementos não operários, reforçando os partidários da restauração do capitalismo e enfraquecendo a resistência do país ao imperialismo. Tudo isto faz com que não desempenhem actualmente, no renascimento do movimento comunista que está em curso ao nível mundial, um papel de vanguarda que torne indispensável ou urgente conhecermos e compreendermos a sua orientação e actividade. No entanto saudamos, e dentro dos limites das nossas forças apoiamos a sua resistência aos esforços realizados pelos grupos imperialistas, em particular pelos grupos imperialistas dos EUA, no sentido de promover no seu seio a contra-revolução, eliminar as conquistas socialistas, submetê-los ao seu domínio e destruí-los. Com a sua resistência contribuem para o renascimento do movimento comunista.

Deste breve esboço resulta que o papel dos primeiros países socialistas, enquanto protagonistas directos de vanguarda do movimento comunista ao nível mundial, está substancialmente esgotado. A derrocada do campo socialista influenciou negativamente a luta entre duas vias, duas classes e duas linhas por toda a parte no mundo. Fez recuar o relógio da história e obriga-nos a percorrer

⁶ **Bréjnev**, Leonid Ilitch (1906-1982), membro do partido desde 1931, do CC desde 1952, do *Politburo/Presidium* desde 1957 (candidato desde 1952), secretário do CC (1952-53), primeiro-secretário/secretário-geral a partir de 1964. Licenciou-se no Instituto de Metalurgia de Dnieprodzerjinski em 1935, tornando-se funcionário do partido em 1937. É eleito secretário do comité do partido do *oblast* de Dniepropetrovsk em 1939. Depois da guerra dirige as organizações do partido de Dniepropetrovsk e Zaporójie, tornando-se primeiro secretário do CC do PC(b) da Moldávia (1950), do PC do Cazaquistão (1954). Entre 1964 e 1966 e entre 1977 e 1982, foi presidente do *Presidium* do Soviete Supremo, cargo que acumulou com as funções de secretário-geral do PCUS. (*N. Ed.*)

novamente uma parte do caminho que já havíamos percorrido. Percorrê-lo-emos, no entanto, em condições diferentes em parte e enriquecidos com a experiência dos primeiros países socialistas. Hoje, para nós, trata-se principalmente de compreender os ensinamentos da grande e histórica experiência dos primeiros países socialistas, para os utilizar no renascimento do movimento socialista em curso e na segunda vaga da revolução proletária, que se aproxima à medida que progride a segunda crise geral do capitalismo e a decorrente situação revolucionária em desenvolvimento.

IV

Qual foi o papel dos primeiros países socialistas na história? Os primeiros países socialistas não criaram a sociedade comunista, nem podiam fazê-lo. Mas percorreram uma parte do caminho que nos conduz da sociedade capitalista à sociedade comunista.

Pela sua natureza, a sociedade comunista será internacional, abarcando o mundo inteiro. Os primeiros países socialistas, pelo contrário, apenas conseguiram cobrir um terço da humanidade e não chegaram a fundir-se entre eles. Todavia, em muitos domínios criaram formas novas de colaboração internacional.

Pela sua natureza, a sociedade comunista dos homens e mulheres já não estará dividida em classes. Nos primeiros países socialistas, pelo contrário, sobreviveu a divisão em classes e não poderia ter sido de outro modo. O marxismo já tinha explicado que a divisão em classes foi uma condição necessária ao desenvolvimento da civilização e que é impossível aboli-la de um só golpe. Tem de ser superada e extinguir-se à medida que os trabalhadores se organizam e, organizados, se governam sozinhos. Na fase socialista, os comunistas levam os trabalhadores a aprender a fazer isto.

Pela sua natureza, na sociedade comunista já não existirá nem Estado nem política, no sentido em que a gestão dos assuntos públicos está reservada a uma minoria de pessoas e se materializa no Estado, órgão que se distingue do resto da sociedade e que detém o monopólio da violência, com a qual impõe essa gestão e mantém a ordem pública em sua conformidade. Cada um dos primeiros países socialistas, pelo contrário, foi ainda governado pelo Estado, embora, como veremos, de um tipo particular.

A sociedade comunista só nascerá como resultado e conclusão de um período de transição, no decurso do qual, gradualmente e por saltos, a divisão da população em classes, a política e o Estado serão superados, as nações fundir-se-ão, desaparecerão não apenas a propriedade privada das forças produtivas, mas também as múltiplas divisões entre o papel social dos trabalhadores intelectuais e dos trabalhadores manuais, entre dirigentes e executantes, entre os sexos, entre a cidade e o campo, entre sectores, zonas e povos avançados e sectores, povos e zonas atrasadas, e os indivíduos disporão dos bens e serviços segundo as suas necessidades. Isto ocorrerá à medida que as forças materiais e espirituais dos homens e das mulheres se desenvolverem até atingirem uma situação na qual cada indivíduo contribuirá para a produção e para outras funções da vida social, segundo as suas forças e capacidades, e receberá da sociedade aquilo de que precisa segundo as suas necessidades. Os primeiros países socialistas estavam ainda longe desta

situação quando começou o recuo para o capitalismo, a fase de enfraquecimento e corrosão: em 1956, no que respeita à URSS e aos países da Europa Oriental, e em 1976 no que respeita à República Popular da China. Neste período, os países socialistas conseguiram aumentar enormemente as suas forças produtivas materiais e intelectuais. No entanto ficaram muito aquém do nível alcançado no início do século XXI, quando as forças produtivas atingiram um tal ponto em que a quantidade de bens e serviços deixou de estar condicionada pela capacidade das forças produtivas à disposição da humanidade e pela escassez de recursos naturais, mas passou a ser limitada principalmente pelas relações de produção.

Pelo contrário, todos os primeiros países socialistas, na fase do seu desenvolvimento, tiveram de se defrontar principalmente com a tarefa de aumentar a produção com as forças produtivas existentes. Os alimentos e outros bens de consumo eram ainda produzidos em quantidade insuficiente para satisfazer as necessidades de cada pessoa. Acresce que, com economias atrasadas e expostos ao boicote e à agressão dos países imperialistas, os primeiros países socialistas tiveram de acumular novas forças produtivas de maneira autónoma: as infra-estruturas, conhecimento e experiência necessários para aumentar a produção. A principal tarefa social dos primeiros países socialistas, sempre que não foram obrigados a desviar forças e recursos para se defenderem das agressões da burguesia imperialista, foi a gestão das empresas agrícolas, industriais e de serviços existentes e a construção de novas empresas produtivas. A luta contra a natureza para arrancar meios de subsistência manteve-se em todos os países socialistas como a principal actividade humana. As unidades produtivas de bens essenciais e de meios de produção mantiveram-se como os principais estabelecimentos públicos e foi em torno deles que se organizaram, segundo uma concepção unitária, todos as demais actividades e instituições: o consumo, a habitação, o ensino, a educação infantil, a vida cultural, etc. Durante todo o período do seu desenvolvimento (até meados dos anos 50 no que respeita à URSS e até ao final dos anos 70 no caso da RPC), estes países viveram sob o constrangimento imposto pelo atraso económico e cultural de que haviam partido e pela agressão aberta ou tácita e o boicote da burguesia imperialista, os quais tiveram constantemente de enfrentar. Deste ponto de vista, a experiência dos primeiros países socialistas foi fortemente influenciada pelo facto de a classe operária não ter conseguido conquistar o poder nos países imperialistas mais avançados, durante a primeira vaga da revolução proletária (1910-1945). Os partidos comunistas dos países socialistas realizaram o programa mais avançado de transformação social jamais concebido pelo movimento da classe operária ao nível mundial, mas fizeram-no a partir das condições de países capitalistas ainda atrasados.

Constatou-se, a seguir à Revolução de Outubro de 1917, que a conquista do poder pelos operários dirigidos pelo seu partido comunista não era suficiente para instaurar uma sociedade comunista. Era algo que Marx tinha indicado claramente, pelo menos a partir de 1875 (*Crítica do Programa de Gotha*⁷). Os primeiros países socialistas apenas demonstraram, pela primeira vez e em grande escala, que é possível passar do capitalismo ao comunismo de forma consciente e intencional, em oposição à marcha desordenada, tortuosa e pejada de destruições, prosseguida por grande parte da humanidade. Mostraram-nos e experimentaram uma via mais

⁷ Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. III, pp. 5-30. (N. Ed.)

avançada do que aquela em que continuamos hoje. O declínio e a derrocada dos primeiros países socialistas em nada diminuem o valor do que conseguiram demonstrar. Indicaram-nos o caminho pelo qual a humanidade deverá enveredar nos próximos anos para sair da crise actual do capitalismo.

*«A ditadura do proletariado é uma luta tenaz, sangrenta e não sangrenta, violenta e pacífica, militar e económica, pedagógica e administrativa, contra as forças e tradições da velha sociedade. A força do hábito de milhões e dezenas de milhões de homens é a força mais terrível. Sem um partido férreo e temperado na luta, sem um partido que goze da confiança de tudo quanto há de melhor e honrado dentro da classe, sem um partido que saiba acompanhar o estado de espírito das massas e influenciá-lo, é impossível travar essa luta com êxito».*⁸

V

Perante o declínio e a derrocada da URSS e das democracias populares da Europa Oriental, faz agora 12 anos,⁹ verificou-se algo de semelhante ao sucedido após a derrota da primeira tentativa de instauração de um país socialista, ou seja, depois da derrota da Comuna de Paris em 1871, fez agora 132 anos. Os reaccionários e os conservadores, da burguesia ao clero, deleitaram-se a proclamar a morte definitiva do comunismo e, contraditoriamente, a perseguir os comunistas. Em contrapartida, os comunistas (em particular Marx, Engels e Lénine) estudaram a experiência da Comuna de Paris para compreenderem o que nos ensinava este fenómeno novo na história. Compreenderam como a burguesia tinha conseguido afogar em sangue várias dezenas de milhares de operários e revolucionários de Paris ou ali chegados para apoiar a Comuna. Passadas algumas décadas, o resultado deste estudo ajudou a instaurar os primeiros países socialistas que nenhuma força da burguesia logrou asfixiar.¹⁰ Isto apesar de o socialismo ter sido instaurado em países económica e culturalmente atrasados, nos quais a sociedade burguesa e as suas forças produtivas estavam ainda pouco desenvolvidas; apesar de os primeiros países socialistas terem de lidar com a forte presença de elementos da economia patriarcal e da pequena produção mercantil, a par de relações de dependência individual ainda de tipo feudal;¹¹ apesar de a burguesia, que se manteve no poder nos países mais desenvolvidos e mais ricos do mundo, ter colocado todos os meios

⁸ V. I. Lénine, *A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo*, Obras Escolhidas em três tomos, Edições Avante!, Lisboa, 1982, t. III, p. 296. (N. Ed.)

⁹ Recorde-se que o presente texto foi publicado em 2003. (N. Ed.)

¹⁰ V. I. Lénine, *O Estado e a Revolução*, Obras Escolhidas em seis tomos, ed. Avante!, Lisboa, 1985, t. III, pp. 189-289. (N. Ed.)

¹¹ V. I. Lénine, *As tarefas imediatas do Poder Soviético*, Obras Escolhidas em três tomos, ed. cit., t. II, pp. 559-587; *Acerca do Infantilismo de Esquerda e do Espírito Pequeno Burguês*, Obras Escolhidas em seis tomos, ed. cit., t. III, pp. 428-453. (N. Ed.)

de que dispunha e inventado novos contra os primeiros países socialistas: da agressão militar à colaboração com as forças reaccionárias, do bloqueio económico à introdução de novas armas, técnicas e estratégias de guerra, da sabotagem ao isolamento. «*Asfixiar a criança no berço*», foi assim que W. Churchill (1874-1965)¹² resumiu em 1918 a política seguida pela burguesia imperialista do mundo inteiro contra os primeiros países socialistas.

Os primeiros países socialistas não foram derrotados pela agressão da burguesia imperialista, à qual, pelo contrário, resistiram vitoriosamente de cada vez que foram atacados. Apenas se desmoronaram na sequência de um período relativamente longo de decadência causada por factores internos. Quando tombaram, então os EUA e o Vaticano, que desde sempre conspiraram e lutaram para os abater, reivindicaram cada um para si o mérito de os ter destruído: os primeiros com a sua «*guerra contra o império do mal*», o outro agradecendo à Senhora de Fátima. Mas na realidade os primeiros países socialistas caíram apenas por causa da inversão, operada no seu interior, do sentido da marcha seguida na sua construção e no seu desenvolvimento. Esta inversão teve causas precisas (a chegada da corrente de revisionistas modernos ao primeiro plano da direcção dos partidos comunistas) e datas precisas (segunda metade do século passado, a partir de 1956 com o XX Congresso do PCUS). Mas foram precisas décadas de desgaste e de corrupção do tecido social até que os países socialistas se desmoronassem, de tão fortes que eram nos seus profundos fundamentos. Foram precisos mais de 30 anos de desgaste interno até a União Soviética ruir em 1991. E apesar de se terem desmoronado, é impossível compreender o mundo de hoje sem ter em conta o papel desempenhado pelos primeiros países socialistas. Deixaram no mundo actual uma marca indelével da sua existência. Mudaram a «constituição material» do mundo de modo irreversível, a sua existência influenciou a correlação de forças de classe em todos os países. Em todos os cantos do mundo, os operários e outros trabalhadores arrancaram à burguesia e às outras classes reaccionárias conquistas que até ao nascimento dos países socialistas não teriam sequer imaginado. As classes oprimidas, em particular, a classe operária, alcançaram em todas as partes do mundo um nível cultural e organizativo superior.

No que respeita aos países onde foi instaurado o socialismo pela primeira vez, ainda hoje estão longe de alcançar as condições dos países burgueses normais e muitos elementos induzem-nos a pensar que dificilmente virão algum dia a alcançá-las. Mesmo as regiões da ex-República Democrática Alemã não as alcançaram, apesar de terem sido simplesmente englobadas na República Federal Alemã, um dos países imperialistas mais importantes. De qualquer maneira, ainda hoje, passados mais de 12 anos da derrocada e 45 anos desde a inversão do seu caminho, os ex-países socialistas constituem uma categoria de países à parte, com problemas, conflitos, relações internas e internacionais, formas de desenvolvimento e perspectivas específicas. A restauração do capitalismo não apagou a obra da

¹² **Churchill**, Winston Leonard Spencer (1874-1965), político conservador britânico, foi oficial do exército britânico, correspondente de guerra, historiador, laureado com o prémio Nobel da Literatura em 1953. Aos 26 anos foi eleito para o Parlamento exercendo vários cargos políticos até 1955: sub-secretário das Colónias (1905), ministro do Interior (1910-11), primeiro lorde do Almirantado (1911-14), ministro do Armamento (1917), secretário de Estado da Guerra (1919-1920), secretário de Estado das Colónias (1921-22), chanceler do Tesouro (1924-29), primeiro-ministro (1940-45 e 1951-55). (N. Ed.)

primeira vaga da revolução proletária mais do que a Restauração de 1815 apagou a obra da Revolução Francesa.

O centralismo democrático

O centralismo democrático é o princípio dirigente da estrutura organizativa do partido comunista. Caracteriza-se por:

- 1. Eleição de todos os organismos dirigentes da base ao topo;*
- 2. Obrigatoriedade de todos os organismos do partido prestarem regularmente contas da sua actividade às organizações que os elegeram e aos organismos superiores;*
- 3. Disciplina rigorosa do partido e subordinação da minoria à maioria;*
- 4. As decisões dos organismos superiores são obrigatórias para os órgãos inferiores.*

VI

O que tornou tão fortes os primeiros países socialistas? Foi a unidade dialéctica da linha de transformação da sociedade aplicada pelos partidos comunistas (como indicámos sinteticamente no final do ponto II) e do sistema de direcção que os partidos comunistas estabeleceram para a realizar. Vejamos agora em que consistia esse sistema de direcção.

O sistema de direcção de cada um dos primeiros países socialistas tinha traços específicos e particulares, relacionados com a sua história, tradição, características, grau de desenvolvimento do país e modo como decorreu a luta pela instauração do socialismo. Em cada um destes países, o sistema de direcção sofreu múltiplas transformações ao longo dos anos. No entanto há traços importantes que são comuns a todos eles e que se mantiveram imutáveis ao longo da sua existência e são específicos desta formação económico-política. Não obstante a sua grande diversidade, em todos os primeiros países socialistas o sistema de direcção assentou no partido comunista e nas organizações de massas impulsionadas pelo partido, no princípio do centralismo democrático e na linha de massas como principal método de direcção (embora esta designação só tenha sido utilizada mais tarde quando a respectiva teoria foi elaborada por Mao Tsé-Tung).¹³ A estrutura de poder formada pelo partido e suas organizações de massas foi combinada em cada país de forma

¹³ **Mao Tsé-Tung** (1893-1976), militante comunista desde 1920, participa no primeiro congresso do PCC (1921), integrando o CC entre 1923 e 1925 e a partir de 1928, ano em que se torna comissário político do 4.º corpo do Exército Vermelho Chinês. Em 1931 é eleito presidente do Comité Executivo Central e do Conselho de Comissários do Povo da República Soviética da China, implantada nas regiões libertadas. Entra para o *Politburo* em 1933 e é eleito presidente do CC em 1943. Após a fundação da República Popular da China (1949) preside ao governo, à Assembleia Nacional e ao Conselho Militar Revolucionário. Entre 1954 e 1959 é presidente da RPC e do Comité de Defesa. No IX Congresso (1969) é declarado «líder vitalício» do PCC. (N. Ed.)

original e evolutiva, com um Estado entendido no sentido tradicional do termo: organismo destacado do resto da sociedade e ainda depositário do monopólio da violência. Para tornar mais simples e mais concreta a exposição, daqui em diante iremos referir-nos principalmente à União Soviética, que foi o primeiro país socialista e aquele onde a transição foi mais profunda e mais longa (de 1917 a 1991).

A recusa de considerar este sistema particular de direcção e de o estudar como forma histórica nova e específica de sociedade política está na base das incompreensões que frequentemente se manifestam nas discussões sobre o carácter «democrático» dos primeiros países socialistas.

«O Estado socialista pode surgir unicamente como uma rede de comunas de produção e consumo, que registem conscienciosamente a sua produção e consumo, economizem o trabalho, elevem constantemente a sua produtividade e com isso alcancem a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho até sete, seis horas e mesmo menos.»¹⁴

Na realidade, os protagonistas de muitas destas polémicas travam uma discussão académica sobre o tema: «Países burgueses ou primeiros países socialistas, quais são os mais “democráticos”?». (É a indefinição deste termo que torna a discussão académica.) Em suma, discutem se os primeiros países socialistas foram ou não mais democráticos no sentido da democracia burguesa, ou seja, mais próximos do modelo ideal da democracia burguesa, do que são os países burgueses. O livre desenvolvimento individual e a participação das massas da população, em particular dos operários, na gestão dos assuntos públicos não se processam e não podem processar-se nas mesmas formas em que se realiza na sociedade burguesa a participação na política dos membros das classes exploradoras. A democracia proletária ou a ditadura do proletariado não é o alargamento ou a abertura também aos operários do sistema e das instituições políticas da sociedade burguesa. Esta abertura é um sonho dos reformistas. O sistema e as instituições da democracia burguesa reflectem as relações entre os membros da burguesia e estão adaptados às condições práticas da vida da burguesia. São a transposição para o campo político das formas e métodos das relações de negócios que os burgueses mantêm entre si. Logo não podem ser alargadas aos proletários. Não por acaso, no início do século XIX, os promotores dos primeiros movimentos políticos proletários eram em parte também burgueses, pequeno-burgueses ou profissionais liberais (professores, advogados, etc.). Só quando o movimento político proletário alcançou um nível que lhe permitiu manter, formar e seleccionar os seus próprios quadros permanentes, começaram a surgir os partidos comunistas no sentido actual do termo. A exclusão dos proletários das instituições e do sistema político da democracia burguesa não é algo forçado, voluntário, imposto artificialmente. Pelo contrário, resulta da natureza dos diferentes papéis das classes na «sociedade civil», no conjunto das relações que se formam, antes e independentemente da actividade política, na vida económica e cultural quotidiana, e é inseparável da estrutura de classe da sociedade burguesa. Nesta estrutura, os proletários, e com eles as massas da população, não podem participar na gestão dos assuntos públicos e menos ainda fruir do livre

¹⁴ V.I. Lênine, *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*, op. cit., p. 571. (N. Ed.)

desenvolvimento individual como os burgueses. Não são os desvios acidentais da democracia burguesa, que observamos na realidade de cada país, não são também os constrangimentos na aplicação dos seus princípios e da sua organização que excluem os proletários, mas verdadeiramente a sua própria natureza, abstraindo-nos de casos particulares ou acidentais que existem em qualquer situação concreta. A participação dos proletários nas organizações e instituições da sociedade burguesa é incompatível com a posição que ocupam enquanto classe na sociedade. *Quando por volta do início do século XX a sua participação na vida política da sociedade burguesa foi consagrada por lei (com a formação de partidos socialistas ao lado dos outros partidos, através dos quais os diferentes grupos da sociedade burguesa procuravam defender os seus interesses, e com o alargamento do direito de voto a toda ou a uma grande parte da população masculina), os burgueses compreenderam que o surgimento dos «partidos de massas» daria origem ao nascimento da «sociedade de massas», e proclamaram: «Esta legalidade mata-nos». Com efeito, a participação dos proletários marcou o fim da democracia burguesa tal como até ali era entendida.*

A participação dos proletários na política subverteu as instituições da velha democracia burguesa, que se tinham afirmado na luta contra a nobreza, o clero, a monarquia absoluta e contra o seu monopólio da actividade política, dando lugar ou à sua supressão ou à sua transformação em «*pequeno teatro da política*» (para utilizar a expressão de Berlusconi¹⁵). Passou a assistir-se à compra e venda de votos, à transformação dos debates políticos públicos em disputas oratórias teatrais, a campanhas publicitárias e manigâncias engendradas pelos principais centros financeiros, à manipulação sistemática e deliberada da informação e da opinião pública com o desenvolvimento de instrumentos específicos, processos, técnicas e ciências. Os proletários impuseram a sua presença na política como eleitores. Então os capitalistas colocaram em jogo a sua força social, calculada em função do capital de que cada burguês dispõe, para conquistarem o consenso e os votos das massas populares a favor da sua etiqueta política. Já antes, para enriquecer, o capitalista mobilizava um número determinado de proletários, proporcional ao capital de que dispunha. Agora, com o mesmo capital, mobiliza as massas populares em apoio às orientações favoráveis aos seus interesses e contra os seus adversários. Quanto mais democrático era o Estado, no sentido burguês, ou seja, determinado pelo voto dos eleitores e sem o monopólio hereditário e de casta, maior era a liberdade do capitalista de dispor dele, mobilizando com capital o consenso popular a seu favor. Com efeito, a máxima venalidade do Estado e da política foi atingida nos EUA, o país mais democrático no sentido burguês do termo. O voto e o consenso populares tornaram-se mercadorias que são açambarcadas por quem lança mais dinheiro no mercado eleitoral, para subornar demagogos e para condicionar e manipular a opinião pública, segundo os seus interesses particulares e as suas escolhas políticas. A burguesia teve de desenvolver e desenvolveu em grande escala meios e manobras capazes de conduzir «*as massas ignorantes e instintivas*», que procuram unicamente «*satisfazer paixões e apetites bestiais*», «*a uma colaboração real com a honra e os interesses do Estado*» (segundo a expressão de W. Churchill). E face à

¹⁵ **Berlusconi**, Silvio (1936), empresário e político italiano, é um dos homens mais ricos de Itália. Foi presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), entre 1994 e 1995, de 2001 a 2006 e de 2008 a 2011. É também o actual presidente do *Milan*, uma das maiores equipas do futebol italiano. (N. Ed.)

força política que os seus efectivos conferiam aos partidos proletários, a «segurança nacional» devia tornar-se e tornou-se em todos os países imperialistas, de um ou outro modo, no principal critério de governação, substituindo a intangibilidade dos direitos políticos e civis de cada indivíduo, que foi a bandeira sob a qual a burguesia combateu os regimes feudais, a nobreza e o clero. O Estado burguês assumiu a tarefa de dar prioridade à prevenção dos delitos políticos em vez de punir simplesmente os infractores. *A prevenção destes delitos e, por conseguinte, o controlo dos indivíduos e das suas associações tornaram-se as principais formas de política interna e internacional: a contra-revolução preventiva, na política interna, e a guerra preventiva, na política internacional, tornaram-se as linhas políticas da burguesia, que até então tinha sido democrática e pacifista.*

Desta forma, os primeiros países socialistas não adoptaram, nem podiam adoptar, o mesmo sistema de direcção que os países burgueses. O sistema de direcção dos primeiros países socialistas baseou-se em formas originais, adaptadas à natureza da nova classe dominante (a classe operária) e à sua tarefa histórica: com a propriedade pública, como condição prévia, pelo menos das principais forças produtivas, promover a participação ampla e crescente na política dos operários e outros trabalhadores, das mulheres, dos jovens e em geral das categorias que na sociedade burguesa são oprimidas, exploradas, discriminadas, marginalizadas e excluídas, e fazer desta participação crescente das massas o principal meio da transformação das suas condições materiais e intelectuais de vida. Não se tratava de conseguir que uma classe dominante concedesse, de uma ou outra maneira, isto ou aquilo às massas, que eliminasse a miséria mais extrema ou lhes desse pelo menos de comer (como pregavam os programas utópicos dos reformistas). Tratava-se de criar as condições mediante as quais as próprias massas resolveriam os seus problemas à sua maneira. Alcançado um certo nível, a participação crescente das massas na política, compreendida antes de mais como a direcção e administração da produção e da distribuição dos bens necessários à vida, teria feito desaparecer a política e o Estado. A quantidade transformar-se-ia em qualidade.

O traço original e inovador do sistema de direcção dos primeiros países socialistas foi pois uma estrutura de poder composta pelo partido comunista, pelas organizações de massas (sindicatos, organizações juvenis, de mulheres, de categorias e grupos sociais), por colectivos laborais com as suas assembleias e os seus órgãos executivos, assembleias de condomínio, de aldeias, de bairro, de cidade, etc., com os seus conselhos de delegados revogáveis (soviets) e os respectivos órgãos executivos. Desde a sua instauração em cada país socialista, este sistema teve um carácter de classe nítido e declarado (à sua cabeça esteve a classe operária, aliada e dirigente das outras classes de trabalhadores, enquanto as classes anti-sociais foram excluídas), foi aplicado em todos os domínios (tomava decisões, executava-as e exercia funções judiciárias, de polícia e militares), impulsionou a prossecução da transformação socialista para além dos constrangimentos jurídicos, funcionou segundo o princípio de organização do centralismo democrático e utilizou a linha de massas como método principal de direcção.

Sobre o partido comunista

A experiência da criação dos primeiros países socialistas, se bem que a sua existência tenha sido breve, lançou uma nova luz sobre o papel do partido comunista. Apesar de se constituir na sociedade burguesa, junto dos demais partidos, e desenvolver em determinadas circunstâncias e numa determinada fase tarefas políticas em certos aspectos análogas às dos demais partidos, participando na luta política típica da sociedade burguesa, o partido comunista não é um partido como os outros que lutam para se apropriar do poder na sociedade burguesa. O partido comunista é a vanguarda organizada da classe operária. É a organização dos operários mais avançados, mais prestigiados, mais generosos, mais enérgicos, mais capazes de assimilarem a concepção materialista dialéctica do mundo e de a empregarem como meio para dirigir a sua própria classe, para que ela por sua vez arraste as massas populares, quer para a tomada do poder à burguesia imperialista, quer para tomar em suas mãos a gestão de todos os aspectos da sua vida. Diferentemente dos demais partidos, o partido comunista não quer o poder para si próprio, não pede uma delegação de poder. Mobiliza, organiza e educa a classe operária para que ela governe, e guia-a para que mobilize as restantes massas populares, para que estas se libertem de qualquer tutela e de antigas inibições e concepções. Esta natureza particular do partido comunista surgiu com evidência logo no período da luta pela conquista do poder. A experiência dos primeiros países socialistas não apenas confirmou que deve ser esta a natureza do partido comunista, como permitiu uma melhor compreensão da sua natureza e papel.

Ao que acabámos de dizer, alguns objectarão que nem todos os partidos que se declararam comunistas tiveram as características que indicámos. É inteiramente verdade. Para ter estas características não basta que um partido seja constituído por indivíduos que querem sinceramente ser comunistas e que acreditam honestamente no comunismo. Mas é também verdade que os primeiros países socialistas foram instaurados graças a partidos comunistas deste tipo e que durante o período do seu desenvolvimento foram dirigidos de facto por partidos deste tipo. Os partidos que durante a primeira vaga da revolução proletária não adquiriram estas características foram incapazes de dirigir vitoriosamente a actividade revolucionária das massas populares e, portanto, não conseguiram instaurar o socialismo nem dirigir nenhum país socialista. Além disso, quando os partidos que dirigiram os primeiros países socialistas deixaram de ter as características que indicámos, por razões que veremos adiante, num curto lapso de tempo conduziram os países socialistas à ruína. Foi o que sucedeu nos primeiros países socialistas depois de os revisionistas modernos tomarem a direcção dos partidos comunistas.

Cada um dos partidos que construíram e dirigiram os primeiros países socialistas encarnava e realizava a vontade e a aspiração sentidas pela classe operária de passar do capitalismo ao comunismo, de se emancipar da dependência em relação ao capitalista, de transformar as relações sociais capitalistas em relações comunistas. Incarnavam (com a sua estrutura, as suas organizações de base, os seus órgãos dirigentes, as suas reuniões, debates, os seus congressos, a sua vida interna, a sua disciplina) um organismo capaz de elaborar directrizes e decisões e de agir. Reuniam uma percentagem ainda pequena de operários. Estes, mediante a participação na vida do partido, aprendiam a ser a classe dirigente, seguindo um processo contínuo de formação intelectual, moral e política, que os capacitava para

levarem as massas trabalhadoras a libertar-se das condições de miséria e de dependência moral e intelectual em relação às classes dominantes, em que viviam desde há milénios. O partido dava a cada um dos seus membros os meios necessários (em termos de concepção do mundo, linha política, palavras de ordem, método de trabalho, relações sociais e prestígio) para ser o fermento da massa dos seus companheiros de trabalho e o animador da actividade social; tornavam-se assim capazes de os orientarem e mobilizarem para a realização dos objectivos propostos e, ao mesmo tempo, de compreenderem o seu estado de espírito, as suas aspirações e experiências, fazendo-as chegar às instâncias partidárias de modo a tornarem-se materiais e componentes para elaboração da política do partido, retornando às massas como objectivos a realizar.

O partido era composto por esta pequena parte dos operários que não só não se sentiam rebaixados e resignados à condição servil da sua classe, como também já não concebiam para si próprios uma outra forma de emancipação da miséria e do embrutecimento cultural próprio da sua classe que não fosse a emancipação de toda a classe. Através de um esforço particular e empenho individual, estes operários organizados no partido conquistavam uma autonomia subjectiva em relação à sua condição específica e individual e tornavam-se dirigentes dos seus companheiros de trabalho. E embora continuassem a fazer parte da sua classe, já estavam dotados, graças ao partido, de uma compreensão geral das condições nacionais e internacionais da luta de classes e eram capazes de utilizar os métodos necessários para organizar e mobilizar os seus companheiros de trabalho. A força destes partidos não residia principalmente na genialidade dos seus chefes, mas na sua «estrutura de base», constituída por operários que, organizados em células no local de trabalho, unidos e consequentes com os seus interesses de classe, continuavam a trabalhar lado a lado com os outros operários, que conheciam um por um, na sua prática quotidiana, identificando aqueles que deviam dirigir e ligando-os ao resto do partido, formado principalmente por quadros revolucionários profissionais (quadros permanentes), os quais, por seu turno, os ligavam ao resto da classe operária ao nível nacional e internacional. A combinação desta estrutura de base com a estrutura dos revolucionários profissionais na organização do partido, a linha política de transformação da sociedade em direcção ao comunismo e a concepção comunista do mundo tornavam o partido comunista num exército invencível.

Os laços existentes entre a classe operária e o resto das massas populares (as classes que participavam na revolução, que faziam parte do campo da revolução) permitiam reunir e mobilizar toda a população laboriosa. Os membros destes partidos comunistas nunca foram muito numerosos, mesmo depois da conquista do poder. Na União Soviética, em Março de 1917 (no momento da queda do tsar), o partido comunista contava 24 mil membros e candidatos num universo de cerca de três milhões de operários industriais e uma população de mais de 100 milhões de habitantes. Em 1924, os membros do partido ascendiam a 472 mil; em 1933, a três milhões e 555 mil; em 1938, a um milhão e 920 mil; em 1948, a seis milhões e 390 mil; e, em 1953, a seis milhões e 897 mil. Em 1965, os membros e candidatos atingiram 11 milhões e 758 mil e, em 1975, cerca de 16 milhões, numa população total de 260 milhões. Se considerarmos a composição de classe particular da URSS até ao lançamento dos primeiros planos quinquenais (o primeiro plano compreende os anos de 1928 a 1932), constatamos que havia uma pequena percentagem de operários, entre os quais o número de comunistas oscilava de um a seis em cada

100 operários. No final dos anos 20, os trabalhadores assalariados recenseados na URSS atingiam os 11 milhões, numa população total de 150 milhões, passando para 32 milhões no final dos anos 30. É preciso recordar de seguida que os quadros (revolucionários profissionais) variaram nos diferentes períodos entre dois e três por cento do total dos membros do partido.¹⁶ Evidentemente que o número limitado de comunistas em relação ao total de trabalhadores pode ser compreendido como um indicador do pouco caminho percorrido em direcção ao comunismo: a quantidade estava ainda longe de se transformar em qualidade. Destes números podemos concluir que os primeiros países socialistas, na melhor das hipóteses (seis comunistas em cada 100 trabalhadores), apenas percorreram cerca de dez por cento do caminho para chegar à sociedade comunista: a quantidade estava ainda longe de poder transformar-se em qualidade. Isto admitindo que a quantidade se transforma em qualidade quando pelo menos 60 por cento dos operários são membros do partido comunista. Evidentemente que se trata de um raciocínio que serve apenas para dar uma ideia do fenómeno que analisamos.

A relação particular entre o partido comunista e a classe operária traduzia-se também em instituições específicas do partido comunista.

Em primeiro lugar, a construção de organizações de base do partido por colectivos de trabalho (as células de fábrica ou de empresa). Em cada local de trabalho havia uma célula de comunistas (mínimo de três), que eram eles próprios trabalhadores, em contacto directo e quotidiano com os demais. Estes trabalhadores comunistas, que já tinham espontaneamente no colectivo um papel de vanguarda, tornavam-se ainda mais competentes e influentes devido à sua ligação com o resto do partido e orientavam, educavam e mobilizavam o conjunto do colectivo.

De seguida, no que respeita à vida interna, a pertença ao partido implicava a assimilação por parte de cada membro da concepção materialista dialéctica do mundo e do método materialista dialéctico de pensar e agir, a utilização sistemática da crítica e da autocritica em cada instância do partido, a aplicação do centralismo democrático nas relações internas entre indivíduos e instâncias do partido, e entre as próprias instâncias do partido, como princípio para elaborar as decisões e para as aplicar. Tratava-se de trabalhadores que, por sua livre opção, seguiam com empenho e paixão o processo de «formação contínua» do partido: reuniões, circulares, cursos, assembleias. Deste modo o partido permitia-lhes assimilarem uma concepção do mundo que era de fácil compreensão pelos operários, porquanto se tratava de uma explicação racional da sua natureza e da sua experiência, uma análise da situação internacional e nacional em todos os domínios importantes, uma linha, métodos de propaganda, de organização e de mobilização. Por outro lado, aprendiam a identificar e formular, em termos de objectivos e de linha política, as aspirações e as tarefas do respectivo colectivo de modo a que pudessem ser assumidas como tarefas do partido e colocadas como tarefas do conjunto da sociedade. Estes operários comunistas estavam num nível que os seus companheiros de trabalho ainda não haviam atingido, mas que tarde ou cedo atingiriam graças à sua actividade.

¹⁶ *La Costituzione sovietica del 1977*, P. Biscaretti di Ruffià e G. Crespi Reghizzi (ed. A. Giuffrè, 1979).

Em terceiro lugar, no que respeita às relações entre o partido e o resto dos operários, os novos candidatos ao partido também passavam pelo crivo da assembleia do colectivo laboral ao qual pertenciam. As assembleias destes colectivos eram consultadas durante as depurações periódicas dos membros do partido, havia um contacto quotidiano dos membros e organismos do partido com respectivos colectivos laborais e a linha de massas era aplicada sistematicamente.

Em quarto lugar, a admissão no partido regia-se por características de classe precisas. Andrei Jdánov (1896-1948),¹⁷ futuro dirigente da resistência de Leningrado durante o cerco nazi, lembrou, no XVIII Congresso do PCU(b) de 1939, que o XI Congresso de 1922, tinha definido quatro categorias de candidatos (operários simples, operários com um papel de chefia, camponeses, intelectuais e dirigentes), aos quais correspondiam períodos de candidatura com uma duração crescente, a exigência de um maior número de recomendações de militantes com mais antiguidade no partido e uma selecção mais severa. Jdánov propôs abolir as quatro categorias, de acordo com a orientação prevalecente nessa altura de que as diferenças entre as três classes consideradas (operários, camponeses e intelectuais) estavam a atenuar-se. Com efeito estas categorias foram eliminadas nos Estatutos do Partido em 1939, mas devido ao poder discricionário deixado às organizações do partido, na prática não desapareceram.¹⁸

Assim, por um lado, o partido não era uma associação privada que tratava os problemas da sua vida interna (recrutamento, formação, promoção, expulsão) unicamente dentro da sua organização e com cada um dos seus membros, à qual qualquer um pudesse aderir com a condição de partilhar o seu programa político. Por outro lado, em cada circunstância, domínio e lugar, o partido agia como uma instituição pública: assumia o dever de inquirir, definir uma linha e mobilizar a população para resolver qualquer problema, utilizando os meios e recursos de que a sociedade dispunha. O partido comunista estava animado de uma vontade indomável, que transmitia à sociedade, de transformar o mundo e criar uma nova sociedade conforme aos interesses e à experiência dos trabalhadores, estimulando-os a terem um papel activo na produção e na gestão dos outros assuntos sociais: desde os assuntos mais directos e imediatos aos mais gerais e comuns a toda a sociedade. Estes últimos não podiam ser sentidos espontânea e instintivamente como próprios e indispensáveis a cada colectivo de base, e era graças à acção dos comunistas que cada colectivo os tratava como seus e dava conscientemente a sua contribuição para a sua solução no quadro da divisão social do trabalho. Em cada colectivo laboral ou territorial, qualquer pessoa que se confrontasse com um problema (desde a mulher agredida pelo seu marido até uma inovação a introduzir no trabalho) sabia que ao dirigir-se ao partido accionaria um mecanismo que tornaria o seu problema num problema colectivo. E nesta actividade de cada

¹⁷ **Jdánov**, Andréi Aleksándrovitch (1896-1948), membro do partido desde 1915, do CC desde 1930 (candidato desde 1925) e do *Politburo* desde 1939 (candidato desde 1935). Participante na Revolução de Outubro e na guerra civil, sucedeu a Kírov na direcção da organização de Leningrado, dirigindo aqui a frente de batalha entre 1941 e 1945, bem como toda a vida da cidade durante os 900 dias do cerco nazi. A partir de 1944 exerceu funções de secretário do CC para as Questões Ideológicas. (N. Ed.)

¹⁸ Alterações aos Estatutos do PCU(b), relatório de A. Jdánov ao XVIII Congresso, 18 de Março de 1939, *Stenograficheski Otchet*, Gossudártvennoe Izdatelstvo Politicheskoi Literaturi, Moscovo, 1939, pp. 551-565. (N. Ed.)

colectivo produzia-se a transformação das condições materiais, do carácter e das concepções de cada indivíduo: a formação do homem novo.

As organizações de massas

As organizações de massas ligavam entre si e ao partido todos os elementos, mesmo os menos activos (que se tornavam em certa medida e temporariamente activos), de cada categoria de trabalhadores (com os sindicatos, as assembleias de colectivos laborais e as suas estruturas), os elementos dos sectores que mais tinham herdado da velha sociedade uma condição e uma mentalidade de oprimidos e excluídos (mulheres, jovens, nacionalidades e minorias oprimidas) e os elementos que se relacionavam entre si na vida quotidiana (moradores em blocos habitacionais, de bairros, aldeias, cidades e regiões). Estas estruturas agrupavam em torno de cada problema as pessoas mais directamente afectadas, de modo a que, em conjunto, encontrassem meios e empreendessem a sua resolução com a ajuda que o resto da sociedade lhes prestava na medida das necessidades e com base nas disponibilidades existentes. Através das organizações de massas, o partido encorajava a autonomia local e de cada grupo social, incumbindo-o de resolver, com grande poder discricionário, mas com fidelidade à causa socialista, os problemas de interesse exclusivamente local, desenvolvia a capacidade das massas de analisarem por si próprias os seus problemas e de encontrarem soluções apropriadas e de as aplicarem sem necessidade da intervenção de funcionários enviados de cima. Onde fazia falta a intervenção de elementos ou unidades com preparação profissional superior à existente no terreno, as próprias massas associadas chamavam-nos e dirigiam-nos.

As organizações de massas não eram organizações privadas, mas instituições públicas. Para além da vida associativa dos seus membros (recrutamento, formação, repartição do trabalho, constituição das estruturas, promoção, destituição, expulsão, etc.), cada uma delas geria também aspectos importantes e crescentes em número e qualidade da vida social, executava funções administrativas (relativas por exemplo ao alojamento, destinos de férias e repouso, centros de instrução e saúde, empresas locais, distribuição de bens e de serviços) e de governo (polícia, administração da justiça, ordem pública, milícia, instrução militar, vigilância, etc.), nas quais, através do conjunto de organizações de massas, participava uma parte muito grande da população. Num país socialista, só os indivíduos que os organismos locais do partido, das organizações de massas ou do Estado haviam publicamente privado de direitos políticos e civis, sobretudo os membros das antigas classes exploradoras (burguesia, nobreza, clero), ficavam à margem da actividade administrativa e de governo e eram sujeitos a controlo. A primeira Constituição da Rússia Soviética (1918) enumerava estes últimos: *as pessoas que utilizam o trabalho assalariado para obtenção de lucro; as pessoas que vivem de rendimentos não provenientes do seu trabalho (juros de capital, rendimentos de empresas e patrimoniais, etc.); os comerciantes privados, os parasitas e os intermediários comerciais; os monges, o clero e todos os que estão ao serviço da Igreja e de cultos religiosos; os funcionários e agentes da antiga polícia, do corpo especial da gendarmeria e dos serviços de segurança, bem como os membros da família real da Rússia, as pessoas reconhecidamente inválidas ou*

doentes mentais, segundo os critérios estabelecidos, bem como as pessoas sob tutela; as pessoas que foram condenadas por delitos para proveito pessoal ou por crimes infames, durante o período fixado por lei ou por sentença judicial. Estas pessoas eram também excluídas do serviço militar e da defesa do país e apenas executavam tarefas auxiliares e sob vigilância. Em suma, eram tratadas em todos os domínios como indivíduos desleais, inimigos de classe. Estas discriminações desapareceram oficialmente na Constituição de 1936, a qual declarou que as divergências entre as três classes (operários, camponeses e intelectuais) estavam a atenuar-se. Todavia, apesar de não serem obrigatórias, continuaram a ser praticadas em larga medida. Nos anos 30, os «discriminados» na União Soviética constituíam uma massa de cinco a dez milhões de adultos, numa população total de 150 a 200 milhões, ou seja, uma percentagem inferior à dos pobres e marginalizados nos países imperialistas mais ricos. Cada indivíduo era identificado segundo a classe social a que pertencia, sendo definidos nesta base os respectivos direitos políticos (por exemplo, a duração do período de candidatura ao partido e as modalidades da sua admissão). Ao mesmo tempo, desde 1917, eram reconhecidos plenos direitos políticos a todos os trabalhadores estrangeiros residentes na URSS, às mulheres (em 1917 as mulheres nos países burgueses não tinham sequer direito a voto) e aos jovens a partir dos 18 anos, ou mesmo antes se as assembleias locais o decidissem (nessa altura, mesmo nos países burgueses mais avançados, os mancebos com menos de 25 ou 21 anos ainda não tinha direito de voto).

Era esta estrutura, constituída pelo partido comunista e pelas organizações de massas nos primeiros países socialistas, que animava e dirigia o conjunto da sociedade e incentivava cada indivíduo a dar o melhor de si próprio, beneficiando das condições que a sociedade lhe oferecia. A ideia de que nas sociedades socialistas a iniciativa individual e o papel dos indivíduos eram asfixiados não passa de uma rábula que falseia completamente a realidade e torna inexplicáveis os êxitos dos países socialistas. Pelo contrário, milhões de indivíduos encontraram finalmente estímulos, condições e apoio social para exprimirem ao máximo as suas potencialidades. A iniciativa individual não era motivada pela ânsia de enriquecimento pessoal, nem visava a sujeição de outros indivíduos para os explorar.

Esta era aliás a única iniciativa individual que era reprimida e punida, aquela que para os burgueses e seus sequazes é considerada como a força motriz do progresso e elemento constitutivo da «natureza» humana criada por Deus. Nos primeiros países socialistas a iniciativa individual manifestava-se através da contribuição para a resolução dos problemas sociais e individuais da vida quotidiana. O espírito de iniciativa, a vontade pessoal de afirmação e a energia dos indivíduos eram canalizados para a realização das tarefas que a sociedade se colocava: o desenvolvimento da produção, a melhoria das condições de vida, a emancipação das mulheres, a alfabetização, o progresso cultural, etc. Nada disto era uma novidade absoluta: a própria sociedade burguesa não estaria de pé sem o trabalho diligente e criativo de milhões de homens e de mulheres que se consagram com paixão à sua actividade, por entre constrangimentos de todo o tipo e contra as autoridades burguesas, as quais abafam a sua iniciativa e recusam ou regateiam os meios necessários para a desenvolver. A ideia de que a busca de riqueza pessoal seria o único ou o principal estímulo da actividade humana é apenas a projecção sobre toda a sociedade da natureza dos capitalistas, que efectivamente têm como

única ou principal motivação a avidez de aumentar sem limite o seu dinheiro. Mas estas pessoas sórdidas são justamente os últimos herdeiros da mentalidade dos trogloditas que não logravam saciar-se. Elas incarnam o sistema social dos países capitalistas, comandam e infectam toda a sociedade com as suas concepções que sobreviveram de uma época bárbara da história da humanidade.

Nos países socialistas, contrariamente ao que ocorre na sociedade burguesa, as forças e recursos da sociedade encorajavam na medida do possível os esforços e as aspirações de milhões de homens e mulheres, que realizavam com paixão as suas tarefas e procuravam melhorar as suas condições de vida e as dos seus semelhantes. Às mães eram proporcionados os meios para cuidarem satisfatoriamente dos filhos, aos investigadores os meios para desenvolverem nas melhores condições as suas pesquisas, nenhum operário era despedido por estar «a mais» depois de durante anos ter dado com paixão a sua contribuição à empresa, nenhum antigo trabalhador era tratado como um velho traste, agora inútil e tornado um peso para a sociedade, cada adolescente era colocado perante tarefas que exigiam o seu contributo, cada mulher era ajudada por todos os organismos da sociedade a se emancipar da tutela masculina, etc. Aos homens e às mulheres que queriam aprender, a sociedade socialista oferecia escolas e formadores, enquanto a sociedade burguesa mais rica exige ainda hoje o pagamento de taxas e propinas para a frequência de estabelecimentos de ensino. O progresso da sociedade socialista era medido pelo melhoramento das condições materiais e espirituais de vida do conjunto da sociedade e de cada um dos seus membros. Este melhoramento directamente perceptível por cada indivíduo era publicamente apresentado como a finalidade da actividade social e individual e como medida dos resultados alcançados. Tinha o papel que é atribuído nos países capitalistas ao aumento do Produto Interno Bruto, à evolução dos índices bolsistas e dos lucros das empresas. O papel e o prestígio social de cada pessoa dependia da contribuição que dava ou dera para o melhoramento do bem-estar comum. Através de recompensas materiais e do reconhecimento moral, a sociedade exprimia o apreço comum pelas contribuições individuais e de grupo para a vida social. A emulação socialista estava difundida em todos os domínios. Os elementos mais avançados eram encorajados a ensinarem aqueles que estavam mais atrasados e estes a aprenderem com os que estavam mais avançados. Quando a necessidade dos produtos de uma empresa se reduzia, os trabalhadores estudavam o problema e reconvertiam a fábrica para produzir outros bens úteis. Cada fábrica que desenvolvia uma técnica, um processo ou uma melhoria que aumentava a produtividade do trabalho, economizava matérias-primas, diminuía a fadiga ou reduzia a poluição, divulgava-os às outras empresas do sector. Não existia propriedade privada no que respeita às descobertas e invenções, não havia propriedade intelectual, isto apesar de simples indivíduos ou colectivos de inventores serem recompensados material e moralmente. Menos ainda existia segredo bancário, segredo comercial, patentes sobre descobertas, direitos de exploração de ideias e *royalties*, com os quais os povos e os sectores mais atrasados são ainda hoje penalizados e em torno dos quais prosperam o crime organizado e a especulação. Na União Soviética, nos anos 20, isto permitiu reduzir a jornada de trabalho para sete horas (e em certas profissões particularmente duras para apenas quatro horas), restabelecer este limite, que havia sido revogado durante a II Guerra Mundial, no final dos anos 40, e desenvolver, numa escala inexistente noutros países, a instrução, a saúde, as artes, o desporto e a participação

dos trabalhadores, e em particular das mulheres, na vida social e na gestão do Estado.

Foi sobretudo esta estrutura de poder nova e original que permitiu criar em cada país socialista as condições intelectuais, morais e psicológicas que tornaram possível pôr a funcionar de maneira eficaz e com excelentes resultados um sistema produtivo baseado principalmente na participação, na paixão e na inteligência das massas laboriosas. As unidades produtivas e os colectivos de trabalho que compunham este sistema não tinham relações mercantis (de compra e venda) entre si. Como norma geral, cada unidade produtiva recebia das autoridades responsáveis pela elaboração do plano nacional o encargo de produzir durante um determinado período uma certa quantidade de bens ou de serviços, com as matérias-primas, produtos semi-transformados e equipamentos necessários. Por sua vez, a unidade enviava àquela autoridade as suas propostas de produção e de fornecimentos para os períodos seguintes. Este sistema baseava-se na premissa de que em cada unidade os trabalhadores cumpririam as tarefas recebidas com sentido de responsabilidade e criatividade, e procurariam fazer o melhor uso dos recursos de que dispunham e trabalhar nas melhores condições. É evidente que semelhante organização da produção só podia proporcionar bons resultados (e proporcionava-os na realidade) se os trabalhadores estivessem motivados e participassem com paixão e inteligência na realização dos objectivos do seu próprio colectivo laboral e na elaboração das propostas que a sua unidade produtiva podia fazer para melhorar as suas potencialidades. Os colectivos de trabalho e os indivíduos mais avançados ensinavam os mais atrasados e incitavam-nos a evoluir. O sistema podia funcionar (e funcionou notavelmente bem) enquanto o indivíduo mais avançado teve a possibilidade de dirigir o indivíduo mais atrasado e de isolar os trapaceiros, os parasitas, os adeptos de «*cada um por si*», ainda imbuídos da mentalidade primitiva do burguês e do artesão, os partidários da direcção coerciva dos mais atrasados sem instrução e da sua punição económica como o único ou principal meio para os incitar a evoluir. Enquanto foi possível isolar os partidários da atribuição do poder a quem melhor se desembaraçava individualmente, da perpetuação ou mesmo do reforço do estatuto social e da remuneração individual dos trabalhadores mais instruídos, mais hábeis, mais capazes, da perpetuação ou mesmo do reforço do carácter de classe das antigas divisões entre trabalhadores dirigentes e trabalhadores dirigidos, entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais, entre homens e mulheres, entre velhos e jovens, entre nacionalidades, regiões e sectores avançados e nacionalidades, regiões e sectores atrasados. O sistema funcionou notavelmente enquanto o indivíduo avançado teve a possibilidade de imprimir a toda a sociedade um movimento evolutivo, tendente ao melhoramento material e intelectual do seu conjunto, à elevação da consciência e da instrução, ao alargamento da participação, ao crescimento da confiança depositada no colectivo e do espírito de iniciativa e de domínio por parte dos trabalhadores associados sobre a sua actividade, as suas condições de vida e sobre si próprios. Os incentivos materiais e morais atribuídos aos indivíduos e aos colectivos de vanguarda podiam ajudar, mas não podiam substituir o impulso criado nos indivíduos e nos colectivos pela consciência comunista, pela linha justa do avanço em direcção à sociedade comunista, pela acção de vanguarda do partido comunista.

Em todos os países socialistas existia uma série de indicadores e normas sobre as relações entre quantidade de produtos, recursos consumidos e tempo de trabalho utilizado. No entanto serviam principalmente de referência, verificação e comparação, tal como nas nossas escolas há índices estabelecidos como a relação alunos/professores, a percentagem de promoções, a relação alunos/superfície, etc. Estes indicadores servem para comparar as diversas escolas e verificar a sua evolução ao longo do tempo, mas, salvo nos desígnios insanos dos burgueses mais deformados pela mentalidade de gestores, não servem para definir a remuneração dos professores e dos directores, nem sequer para determinar o bom funcionamento das escolas, o qual, para qualquer pessoa de bom senso, é indicado pelo nível de formação e de educação alcançado pelos alunos no final do ciclo.

Os colectivos de trabalho dos países socialistas estavam ligados entre si não por relações comerciais ou sequer pela obtenção de prestações superiores às normas e aos indicadores, mas sim por uma relação moral e intelectual veiculada e personificada pelo partido comunista e pelas organizações de massas. Cada um devia contribuir segundo as suas possibilidades, embora a distribuição dos produtos aos indivíduos fosse ainda regulada principalmente pelo critério de «*a cada um segundo a quantidade e qualidade do trabalho que realiza*». No entanto, à medida que se avançava para o comunismo, este critério era substituído cada vez mais pelo critério de «*a cada um segundo as suas necessidades*».

Uma parte crescente dos serviços e bens de consumo estava à disposição dos indivíduos gratuitamente ou a preços que serviam não para «*remunerar o produtor*», mas para manter o consumo no quadro das disponibilidades (como era o caso dos cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde). Em Cuba, com vista a melhorar a alimentação e a saúde das crianças, num dado momento foi introduzida a distribuição gratuita de leite às famílias. Constatou-se no entanto que um elevado número de famílias desperdiçava o leite. Então voltou a ser posto à venda por um preço módico para promover o uso consciente e racional. Os preços atribuídos nominalmente a cada produto, mesmo àqueles que não eram vendidos, mas sim fornecidos às entidades que os encomendavam, serviam para calcular e comparar a produtividade do trabalho e a eficácia da utilização dos recursos por parte dos colectivos de trabalho de diferentes sectores.

Stáline, na sua obra *Problemas Económicos do Socialismo*, redigida entre 1951 e 1952 como contribuição para o debate sobre o *Manual de Economia Política da URSS*, que estava a ser preparado pela Academia das Ciências da URSS, observou que os preços definidos para certos produtos eram completamente incoerentes. Os planificadores haviam atribuído a uma tonelada de trigo um preço idêntico ao da tonelada de pão. Isto reflectia-se na definição de indicadores desprovidos de qualquer valor. Por isso, a definição de preços devia ser melhorada com vista a obter indicadores que cumprissem a sua função. Se levássemos em conta os valores estabelecidos na base daqueles preços, pareceria que os colectivos que trabalhavam nos moinhos, nos transportes, na panificação e na venda a retalho não prestavam qualquer contribuição à sociedade e apenas desperdiçavam recursos. Entretanto, este erro dos planificadores não impedia estes colectivos de trabalharem e de contribuírem para o bem comum. Porém, poucos anos depois, os revisionistas decidiram fazer depender a remuneração dos colectivos laborais do «*cumprimento dos indicadores*», e assim pressionaram para que fossem encontrados os «*preços justos*» dos produtos unitários, chegando, numa segunda fase «*mais avançada*», a

instaurar trocas comerciais entre unidades produtivas na base dos tais «preços justos».

O que tinha sido um erro dos planificadores até aos anos 50, foi transformado numa contradição prática entre os colectivos laborais, que iria entravar a sua actividade, afectar o seu moral e abrir a via para regateios e subterfúgios sem fim entre colectivos laborais e entre estes e os responsáveis pelo plano. Um caos que perdurou durante anos (as famosas reformas económicas dos anos 60 e 70, a mais célebre das quais ficou conhecida pelo nome de Kossíguine¹⁹) fez emergir uma chusma de vigaristas, intrigantes, parasitas, criminosos e aventureiros como chefes e dirigentes da sociedade soviética. Foi neste contexto que começou a formar-se na União Soviética a rede de criminalidade organizada que agora os *media* apelidam de máfia russa, a qual absorveu também muitos herdeiros nostálgicos do passado e muitos adeptos do Ocidente capitalista. Durante toda a época de Bréjnev (1964-1982), esta rede de traficantes e de parasitas juntou-se aos dirigentes «partidários» das «reformas» do tipo de Kossíguine e de Andrópov.²⁰ Foi assim que se formou a raça de bandidos que, no final dos anos 80, guiados por Gorbatchov,²¹ rompeu todas as hesitações, proclamou a privatização do aparelho produtivo da União Soviética e se atribuiu a si própria essa propriedade.

¹⁹ **Kossíguine**, Aleksei Nicoláievitch (1904-80), membro do partido desde 1927. Comissário do Povo para a Indústria Têxtil (1939-40), ministro das Finanças da URSS (1948), ministro da Indústria Ligeira (1949-53), presidente do *Gosplan* (1959-60), vice-presidente (1960) e presidente (1964-80) do Conselho de Ministros da URSS, membro do CC do PCUS desde 1939 e do *Politburo* (1948-52 e 1960-80). (N. Ed.)

²⁰ **Andrópov**, Lúri Vladímirovitch (1914-1984), membro do partido desde 1939, do CC desde 1961, do *Politburo* desde 1972 (candidato desde 1967), secretário do CC (1962-67), secretário-geral do PCUS entre Novembro de 1982 e Fevereiro de 1984. Foi operário do Telégrafo, tornando-se funcionário do *Komsomol* em 1936, primeiro secretário do Comité de *Oblast* de Iaroslávski no ano seguinte e do CC do *Komsomol* da República Soviética Carelo-Finlandesa em 1940. Transita para o partido em 1947, como segundo secretário do CC na mesma república, e para o aparelho central do PCUS em 1951. Foi embaixador na Hungria entre 1954 e 1957 e presidente do *KGB* entre 1967 e 1982, chegando à cabeça do partido e do Estado, como presidente do *Presidium* do Soviete Supremo da URSS em 1983. A sua curta passagem de 15 meses pelo topo do poder, parte dos quais já doente, ficou marcada por algumas medidas disciplinadoras no trabalho e de combate à corrupção. (N. Ed.)

²¹ **Gorbatchov**, Mikhail Serguéievitch (1931), membro do PCUS desde 1952, do CC desde 1971, do *Politburo* desde 1980 (candidato desde 1979), torna-se secretário-geral do PCUS em 1985. Tendo começado a trabalhar como operador de máquinas agrícolas, licencia-se em Direito na Universidade de Moscovo em 1955, e mais tarde, em 1966, no Instituto de Agronomia de Strávopol. Funcionário do *Komsomol* (1955), ocupa sucessivos cargos no partido até se tornar primeiro-secretário do *Krai* de Strávopol (1970). Secretário do CC do PCUS (1978-1985), acumula com as funções de secretário-geral os cargos de presidente do *Presidium* do Soviete Supremo da URSS (1988-89), presidente do Soviete Supremo da URSS (1989-90) e presidente da URSS, desde Março de 1990 até à dissolução da União Soviética em 25 de Dezembro de 1991. (N. Ed.)

O aparelho de Estado

A estrutura formada pelo partido e as organizações de massas não era, todavia, a única estrutura de poder, a única autoridade social nos primeiros países socialistas. Combinados com o partido e as suas organizações de massas havia também nestes países outras instituições públicas aparentemente semelhantes em diversos aspectos às existentes nos países capitalistas: um governo, uma administração pública, uma magistratura com prisões e tribunais, forças armadas do Estado, polícias e polícias secretas. Estas instituições formavam uma segunda estrutura de poder paralela à primeira. Os seus órgãos eram largamente e de várias maneiras combinados e influenciados pela estrutura atrás indicada, que os penetrava com as suas instâncias e os seus comissários políticos e os controlava oficialmente (na URSS chamou-se a isto Inspeção Operária). No entanto conservavam a natureza de corpos separados do resto da sociedade, constituídos por profissionais apartados dos colectivos laborais normais, ligados por uma disciplina e hierarquia próprias, que agiam não na base de uma mobilização popular por si suscitada, mas por via da força e meios de que dispunham directamente e segundo directivas e ordens provenientes de cima. Eram como órgãos de Estado no sentido tradicional do termo, tal como os conhecemos ainda hoje em todos os países. Esta segunda estrutura constituía em cada país socialista um apêndice da primeira estrutura – um apêndice indispensável, não deixando de ser sempre um apêndice.

A combinação dos dois tipos de estruturas de poder social foi a forma sob a qual existiu a ditadura do proletariado nos primeiros países socialistas. Ante cada problema, cada indivíduo tinha a opção de se dirigir às autoridades estatais (à polícia, etc.) ou à célula do partido. Esta combinação continha o novo e o antigo numa relação de unidade e de luta: o novo que devia desenvolver-se e o antigo que devia perecer. O antigo era constituído pelo Estado, que era ainda um Estado no sentido tradicional, mas já não o era inteiramente porque num certo sentido constituía o «braço secular» da estrutura do primeiro tipo, era suplantado por esta numa medida crescente e via-se obrigado a trabalhar segundo as directivas determinadas pelo partido. Atrás do aparelho de Estado encontrava-se a estrutura constituída pelas massas populares associadas e, em primeiro lugar, os operários associados. Podemos dizer que estas associações desempenhavam nos primeiros países socialistas o papel que nos países burgueses cabe ao mundo dos negócios e às múltiplas relações que ligam os capitalistas e os ricos uns aos outros numa rede (a «sociedade civil», a *Old Boys Network*, para utilizar uma expressão anglo-saxónica) que está por trás das instituições oficiais, orientando a sua actividade e assegurando a sua continuidade.

Entre as duas estruturas havia uma penetração recíproca: o partido estava ramificado em cada órgão do Estado com as suas células, os seus comités e os seus comissários políticos e impulsionava o controlo operário e popular sobre a actividade dos órgãos do Estado. O Estado também estava presente no partido: 1) de facto, através do seu corpo de funcionários, formado em certa medida por profissionais; 2) também oficialmente através dos seus órgãos, dado que as suas funções (justiça, polícia, forças armadas, planificação, etc.) se exerciam igualmente sobre os membros e os organismos do partido e das suas organizações de massas.

A relação de unidade e de luta entre estas duas estruturas de poder atravessou toda a experiência dos países socialistas, encontrou soluções práticas e temporárias

diversas de país para país ao longo de anos, e distingue a União Soviética das democracias populares e as democracias populares umas das outras. Os soviéticos reuniam no mesmo organismo a natureza das duas estruturas. Durante toda a existência dos primeiros países socialistas salta à vista uma certa timidez da esquerda em indicar claramente que se devia ter prosseguido o predomínio da primeira estrutura sobre a segunda, com o objectivo da substituição gradual desta última pela primeira. No entanto este predomínio foi um dado adquirido durante o período de ascensão dos primeiros países socialistas, apesar de só a Constituição da RPC de 1975 ter proclamado abertamente o predomínio da primeira estrutura (o que foi alterado pela Constituição de 1978, na sequência do golpe de Estado de Deng Xiaoping,²² e ainda mais pela de 1982 que continua em vigor). Em sentido inverso, a direita nos primeiros países socialistas e nos respectivos partidos comunistas caracteriza-se por ser sempre partidária da proeminência e do reforço das instituições do Estado, apresentadas como instituições «*de todo o povo*», contra o partido que é uma instituição de classe, empenhada em promover a luta de classes.

Já nos anos 40, o influente membro do executivo da Internacional Comunista e presidente do poderoso partido comunista dos EUA, Earl Russel Browder (1891-1973),²³ defendeu abertamente a diminuição do papel do partido face às instituições públicas do Estado. Um dos pontos da ruptura de Tito (1892-1980)²⁴ e dos seus

²² **Deng Xiaoping**, verdadeiro apelido Xiancheng, (1904-1997), adere à juventude comunista em 1921 e ao partido em 1923. Vivia então em França para onde foi estudar com apenas 15 anos juntamente com outros jovens como Ho Xi Min ou Pol Pot. No regresso em 1926 entra na clandestinidade e participa na guerra civil, designadamente na «Grande Marcha» (1934-36). Em 1957 é eleito secretário-geral do partido. Durante a Revolução Cultural é exonerado de todos os cargos. Em 1974 torna-se vice-primeiro-ministro, mas é obrigado a fazer uma autocritica em 1975 na qual reconhece os seus erros. No ano seguinte volta a ser alvo de suspeitas de actividades contra-revolucionárias, é destituído dos cargos no partido mas evita a expulsão. Após a morte de Mao ganha rapidamente peso no partido e no Estado. Em 1977 fomenta a crítica à Revolução Cultural através de uma campanha simbolicamente designada «A Primavera de Pequim». Torna-se a figura mais influente do país como presidente do Conselho Central Militar do CC do partido. É o autor da teoria do «socialismo com especificidade chinesa» e o principal impulsionador das reformas económicas que conduziram ao desenvolvimento do capitalismo na China. (N. Ed.)

²³ **Browder**, Earl Russell (1891-1973), membro do Partido Socialista entre 1906 e 1912, opositor à participação dos EUA na I Guerra, passa dois anos na prisão (1919-1920), aderindo ao Partido Comunista em 1920, para cujo CC é eleito em 1921 e do qual se torna secretário-geral em 1930. Membro do CEIC desde 1935, é sob a sua direcção que o PC dos EUA atravessa um período de acentuado crescimento atingindo os 100 mil militantes. Em 1940 volta a ser preso e condenado a quatro anos de cadeia, mas é libertado ao fim de 14 meses. É então que surge com a teoria da «paz de classes» e da «colaboração de classes», salienta o carácter progressista do capitalismo americano e propõe a dissolução do partido e a sua transformação numa associação política. Em Maio de 1944, o 12.º Congresso aprova a sua proposta de dissolução do partido, o qual volta a ser reconstituído em 1945. Em 1946 é expulso do partido. (N. Ed.)

²⁴ **Tito**, Josip, verdadeiro apelido Broz (1882-1980), nascido no reino da Croácia e da Eslovénia, aderiu ao partido social-democrata em 1910. Combateu nos exércitos austro-húngaros durante a I Guerra Mundial, onde fez agitação antiguerra. É ferido em 1915 e feito prisioneiro da Rússia. Em 1917 participa na manifestação de Julho em Petrogrado contra o governo provisório. É preso e deportado para os Urais. Em Outubro entra para a guarda

apoiantes no *Kominform* em 1948 foi o papel do partido face às estruturas do Estado. Para marcar a diminuição do papel do partido na Jugoslávia, o partido comunista foi transformado em Liga dos Comunistas. A Revolução Cultural Proletária na República Popular da China alcançou o seu ponto mais avançado na reforma institucional com a constituição da Comuna de Xangai (1967) e no debate sobre a generalização da instituição de comunas urbanas (que terminou com o reconhecimento de que não existiam as condições internas e internacionais necessárias).

A relação de unidade e de luta entre estas duas estruturas de poder ressalta claramente com a questão da «legalidade socialista», que se colocará ao longo de toda a existência dos primeiros países socialistas. Depois da Revolução de Outubro, não apenas os antigos tribunais foram abolidos, bem como os seus procedimentos e todas as leis e códigos em vigor, mas o próprio «*sentido de justiça das classes laboriosas*», a «*consciência revolucionária*», o «*sentimento socialista de justiça*» e «*os interesses do governo operário e camponês*» foram explicitamente proclamados como critérios que deviam inspirar todos os órgãos de poder para além da letra de cada lei (Decreto do Conselho de Comissários do Povo sobre a Justiça de 27 de Novembro de 1917; Decreto sobre os Tribunais de 30 de Dezembro de 1917, etc.). Progressivamente, o novo Estado elaborou e aprovou leis, decretos, normas e regras. Todavia, o partido comunista e as suas organizações de massas mantiveram-se efectivamente acima da forma e da letra de cada lei, norma ou regra. Os órgãos de Estado deviam observar a lei, mas sob a direcção do partido e das organizações de massas, quer dizer na medida em que o partido e as organizações de massas não davam indicações diferentes. Este era um aspecto essencial da «ditadura» da classe operária e das classes aliadas e permitia ter em conta a efectiva diversidade concreta das pessoas e das circunstâncias, com vista a aproveitar esta possibilidade para reforçar em cada campo da vida social a transformação para o comunismo. Vejamos um caso em detalhe como exemplo.

Em geral, um homem que esbofeteia ou dispara sobre uma mulher não é a mesma coisa que uma mulher que esbofeteia ou dispara sobre um homem. Em geral, o primeiro episódio é grave porque reafirma e reforça um aspecto negativo da sociedade antiga (a subordinação das mulheres aos homens). O segundo episódio pode ser positivo ou até muito positivo, se representar o início da emancipação daquela mulher da subordinação aos homens, um incitamento para todas as mulheres a se libertarem da tutela masculina, um aspecto concreto e particular de um processo social positivo que a sociedade deve encorajar: a emancipação das mulheres em relação aos homens. Nos países socialistas, a lei imparcial e igual para

vermelha e participa na revolução em Omsk. Regressa à sua pátria em 1920 aderindo ao Partido Comunista da Jugoslávia (PCJ), então clandestino. Preso em 1928 é libertado em 1934, altura em que é eleito para o CC e para o *Politburo*. Trabalha na IC em Moscovo entre 1935 e 1936. Em 1937 torna-se líder do PCJ. Durante a guerra de libertação (1941-45) é comandante supremo das forças armadas e destacamentos de guerrilheiros. Eleito presidente do Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia em 1943, ocupa em 1945 os cargos de presidente do Conselho de Ministros e ministro da Defesa, mantendo-se à cabeça das forças armadas bem como do partido. A partir de 1948 assume posições revisionistas e anti-soviéticas, que levam ao corte de relações com a URSS. Em 1974, no X Congresso, volta a ser eleito líder da Liga dos Comunistas Jugoslavos (designação adoptada em 1952 no VI Congresso), mas desta vez com um mandato vitalício. Naquele ano recebe igualmente o mandato vitalício como presidente da Jugoslávia, cargo que ocupava desde 1953. (N. Ed.)

todos também punia a violência doméstica. Mas aplicar esta lei de maneira igual, imparcialmente, a indivíduos diferentes (homem e mulher), pode conduzir a resultados socialmente negativos, reforçar a subordinação das mulheres e o domínio dos homens. Mas há mais. Com o domínio que herdamos da sociedade antiga, os homens desfrutam realmente de condições sociais mais favoráveis em relação às mulheres para fazerem valer os seus argumentos e conseguirem que a sociedade (os juizes no nosso exemplo) lhes reconheçam razão. O homem está mais habituado a tratar de assuntos sociais e a falar em público, tem menos pudor em expor factos pessoais e íntimos, e beneficia do preconceito social que lhe é favorável («*Ao chegares a casa, bate na tua mulher, se não sabes porquê, ela o saberá*»), tem mais meios para encontrar defensores hábeis e testemunhas, melhores conhecimentos e relações pessoais, etc. Portanto, não apenas a discriminação positiva a favor da mulher é necessária, mas em certos casos a rebelião doméstica e individual contra o homem deve mesmo ser tratada como um facto essencialmente positivo, e de modo a que o episódio se torne numa oportunidade para a mobilização em massa das mulheres.

O ilustrado por este exemplo é também válido para muitas relações da vida social e muitos outros casos: um indivíduo que invade a habitação pessoal de outro, se apropria de bens que não são seus, que engana outrem, que faz mercado negro, etc. O mesmo facto cometido por indivíduos de condições sociais diferentes deve ser tratado de maneira diferente com vista ao alcance do mesmo resultado: o avanço para o comunismo. A luta de classes e a política devem prevalecer sobre a letra da lei.

A instauração da igualdade de cada indivíduo face à lei (a lei igual para todos) teve um conteúdo progressista durante a revolução burguesa porque aboliu os privilégios jurídicos de classe e de casta (dos nobres, do clero, do marido sobre a mulher, dos pais sobre os filhos, dos mestres de corporação sobre os aprendizes, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os assalariados, etc.). Colocou sobretudo os burgueses (os capitalistas e os profissionais liberais) no mesmo plano dos nobres e do clero perante a administração da justiça, no plano dos direitos e dos deveres. Mas a aplicação igual em todos os casos da mesma lei na sociedade burguesa tem um conteúdo negativo para as classes oprimidas. Na sociedade socialista ela tem um conteúdo conservador e mesmo reaccionário porque trata da mesma maneira pessoas que «*se apresentam em condições diferentes perante a lei*». Logo, perpetua e reafirma as formas de subjugação e subordinação sociais herdadas da antiga sociedade. Perante a lei igual para todos e aplicada equitativamente a todos, o rico tem mais capacidades que o pobre, o capitalista mais que o operário, a pessoa socialmente bem integrada mais que o marginal, o polícia ou o padre mais que qualquer outra pessoa, o homem mais que a mulher, o adulto mais que a criança, o instruído mais que o ignorante, o professor mais que o aluno, o nacional mais que o estrangeiro, o que fala a língua local mais que quem não a domina, Berlusconi mais que os seus acusadores, etc.

É preciso ter em conta que o efeito social de um mesmo acto, para além do acto em si mesmo, é determinado pelas circunstâncias sociais nas quais é cometido e pela condição social de quem o cometeu. Mesmo a legislação burguesa tem em conta, em certa medida, circunstâncias agravantes ou atenuantes. Mas a «*igualdade perante a lei*» e o domínio absoluto da lei numa sociedade dividida em classes criam o reino dos vigaristas (há sempre maneira de contornar a lei). Quem

tem os melhores meios e relações e é mais esperto utiliza a lei em seu favor e serve-se dela para as suas manigâncias, contrata advogados hábeis e convence, mesmo legalmente, os magistrados, peritos e testemunhas. Delinquentes responsáveis por crimes graves são absolvidos e escapam imunes ou com penas ligeiras, ou nem sequer chegam a ser julgados. Quanto mais determinados, hábeis e organizados são, mais socialmente perigosos se tornam, mais tranquilos se sentem e melhor se safam. Inocentes ou pessoas que transgrediram a lei por necessidade, por desespero ou por ignorância são pelo contrário condenados. Chega-se a resultados paradoxais: uma mulher que mata o seu explorador é uma assassina, o roubo de alimentos é um crime, enquanto a falsificação de um orçamento não passa de uma infracção passível de coima. A fome que conduz à morte não é crime para ninguém. Na Califórnia com a lei «*third stroke out*» (validada pelo Tribunal Federal dos EUA), um rapaz ou um negro que é apanhado três vezes a roubar uma maçã num supermercado pode ser condenado a prisão perpétua, enquanto os dirigentes da *Enron* e da *Worldcom*, os poluidores e os especuladores são cidadãos ricos e intocáveis.

A luta de classes do proletariado contra a burguesia não se faz com os critérios jurídicos cuja instauração ajudaram a burguesia a substituir-se à nobreza e ao clero como classe dominante. A própria burguesia, desde que entrámos na época imperialista, abandonou a aplicação imparcial da lei igual para todos, especialmente nos conflitos políticos e laborais. Na Sicília ocidental, após a II Guerra, as associações de camponeses estavam a eliminar rapidamente a Máfia até que o Estado central interveio com os seus *carabinieri*, polícias, padres, notáveis e espões para reprimir as associações de camponeses. É a «*segurança nacional*» e não a «*inviolabilidade dos direitos do cidadão*» que guia a administração da justiça e a vida política das sociedades burguesas (contra-revolução preventiva).

Na sociedade antiga era normal os pais baterem nas crianças, «*serve para educá-los*». Mas já era uma violação da moral e da lei uma criança bater no seu pai. Quando na URSS, um miúdo, Pavlik Morozov,²⁵ denunciou o seu pai que conspirava com os kulaques contra o socialismo, os seus familiares e outros habitantes da aldeia ficaram tão indignados que o mataram a ele e a outros pioneiros que o apoiavam. Muitas mulheres tiveram o mesmo fim quando se revoltaram individualmente contra os maridos e a família. Através da luta de classes e da mobilização das massas, a ditadura da classe operária combatia mais toda esta podridão do que a lei e a polícia. A aplicação da lei devia servir a luta de classes e a transformação da sociedade e não entravá-la.

Ao longo da existência dos primeiros países socialistas o reforço da «*legalidade socialista*» foi, pelo contrário, a bandeira atrás da qual se reagruparam os inimigos do socialismo. Mas, definitivamente, o facto de esta legalidade ser embelezada com

²⁵ **Morozov**, Pavel (diminutivo Pavlik) Trofímovitch (1918-1932), escolar soviético da região dos Urais, destacou-se na luta contra os kulaques durante o período da colectivização. Organizador do primeiro destacamento de pioneiros no campo, participou activamente nas campanhas pela criação de kolkhozes. Os grandes proprietários de terras reagiram com o boicote dos aprovisionamentos do Estado. Pavlik soube por acaso de uma sabotagem dessas, na qual estava envolvido o seu pai e não hesitou em denunciar os conspiradores, pelo que foi barbaramente assassinado juntamente com o seu irmão mais novo. O seu comportamento heróico foi amplamente divulgado e em várias cidades surgiram monumentos ao jovem Pavlik. (N. Ed.)

a designação de socialista não a tornava menos negativa nos seus efeitos sociais para as massas populares e menos favorável à conservação dos direitos adquiridos e dos privilégios herdados da sociedade antiga. Os revisionistas modernos insistiram na «legalidade socialista», na subordinação do partido e das suas organizações de massas à lei imparcial e igual para todos. Evidentemente que também se apoiaram nos erros e excessos cometidos na luta de classes, exagerando-os e até inventando-os. Khruchov²⁶ encetou a sua campanha denunciando as «*violações da legalidade socialista*». À medida que obtiveram alguns êxitos nesta pretensão, que não será contestada aberta e sistematicamente pela esquerda nos países socialistas, o resultado não foi apenas o enfraquecimento dos países socialistas até à sua derrocada, mas também a criação do reino do crime organizado, que conhece a lei e sabe utilizá-la em seu favor para fazer calar os opositores. A luta pela «*legalidade socialista*» e pela subordinação do partido comunista à lei foi de resto uma das bandeiras da burguesia na fase do regresso gradual e pacífico ao capitalismo. Ainda hoje tivemos um exemplo disso na República Popular da China, após o XVI Congresso do PCC, realizado em Novembro de 2002.

A relação de unidade e luta entre estas duas estruturas de poder, esta particularidade específica dos primeiros países socialistas, aparece também claramente no período da sua decadência. Declarando-as antidemocráticas, o revisionismo moderno eliminará as medidas de discriminação positiva, a identificação clara de cada indivíduo com a classe social de origem e a ligação desta com os direitos políticos e civis, a discriminação contra os inimigos de classe. Proclamará que a divisão em classes se extinguiu, reduzirá os inimigos do socialismo a opositores políticos («dissidentes»), suspenderá e inverterá o processo de substituição da segunda estrutura de poder pela primeira, exaltar a autonomia e a estabilidade da estrutura do Estado «de todo o povo».

Cobrindo-se por vezes com proclamações retumbantes em sentido contrário (de resto Khruchov, em 1961, lançou com grande pompa um plano que deveria levar a URSS a construir em 20 anos nada menos que a sociedade comunista!), os revisionistas tomaram na prática, pouco a pouco, medidas que conferiam preeminência às instituições do Estado apresentadas como instituições acima das classes, «*de todo o povo*», como Khruchov proclamou na URSS logo no XXII Congresso (1961) e como foi inscrito na Constituição de 1977, e transformaram o partido e as organizações de massas, pouco a pouco, em associações privadas, «*propriedade*» dos seus membros, fechadas à participação e às críticas das massas.

²⁶ **Khruchov**, Nikita Serguéievitch (1894-1971), membro do partido desde 1918, do CC (1934-1964), do *Politburo/Presidium* do CC (1939-1964), primeiro secretário do CC do PCUS (1953-1964), presidente do Conselho de Ministros (1958-1964). Em 1929 ingressa na Academia Industrial de Moscovo. Torna-se primeiro secretário do Comité de Moscovo (1935), secretário do CC do partido da Ucrânia (1938-1947). Durante a II Guerra foi membro dos conselhos militares do Sudoeste, de Stalingrado, do Sul e de Varónej. Tenente-general (1943) e presidente do Conselho de Comissários do Povo da Ucrânia entre 1944 e 1947 (Conselho de Ministros a partir de 1946). Em Dezembro de 1949 é eleito secretário do CC e primeiro secretário do Comité de Moscovo. Após a morte de Stáline, torna-se primeiro secretário do CC (1953-64) e em simultâneo presidente do Conselho de Ministros da URSS (1958-64). Em 14 de Outubro de 1964 é exonerado de todos os cargos no partido e no Estado. Foi o promotor do célebre «relatório secreto», por si lido ao XX Congresso, o qual constituiu um verdadeiro golpe de Estado, abrindo caminho ao revisionismo precursor da *perestroika*, que veio a destruir a URSS e a restaurar o capitalismo.

Mas o enfraquecimento da estrutura de poder do primeiro tipo fez emergir, por um lado, a arbitrariedade sem limites da estrutura de poder do segundo tipo, cuja actividade era guiada não tanto por leis escritas, formalmente iguais e neutras, mas mais pela orientação revolucionária do partido, e, por outro lado, a incapacidade do aparelho de Estado de governar a sociedade socialista.

Com efeito, nesta, os meios de iniciativa e de disciplina social próprias à sociedade burguesa já não existem. Os dirigentes não eram seleccionados, estimulados e disciplinados pela acumulação de capital, pelo enriquecimento individual, pela concorrência. As múltiplas relações de negócios, as cumplicidades de interesses e associações, que nos países capitalistas constituem a «*sociedade civil*», não existiam nos países socialistas. Os trabalhadores já não estavam sujeitos ao constrangimento económico na medida requerida pela sociedade burguesa. Não podiam ser despedidos porque o direito ao trabalho era praticado universalmente. O salário individual tinha uma importância reduzida porque certos bens essenciais (alimentação, alojamento, aquecimento, energia eléctrica, água, transportes colectivos, etc.) e serviços essenciais (educação, saúde, etc.) ou eram gratuitos, ou tinham preços mínimos.

Os revisionistas sentiam todas estas conquistas do socialismo como um colete-de-forças que os asfixiava e tornavam vãos os seus esforços para dirigir a sociedade segundo os seus pontos de vista. Em 1989, quando Gorbatchov e os seus acólitos desmembraram o PCUS, tornou-se evidente que o partido era ainda o verdadeiro tecido dos órgãos de Estado e do país, e constatou-se que sem partido o país não funcionava: cada região e sector ficaram por sua própria conta, os chefes locais, que tinham medrado no regime revisionista, criaram os seus «*reinos autónomos*». O grupo de bandidos unidos em torno de Élt sine²⁷ teve de suar as estopinhas e recorrer à ajuda dos imperialistas ocidentais para erguer uma administração estatal unitária, tarefa que ainda não foi completamente concluída. Em relação a esta, a rede de criminalidade organizada, já formada durante a época revisionista, assumiu o papel que nos velhos países capitalistas é desempenhado pela sociedade civil, tendo como resultado o facto de que as relações entre os «*novos*» e velhos países capitalistas aceleraram o processo de transformação da sociedade civil em sociedade criminosa, já em pleno desenvolvimento nos países capitalistas mais avançados.

Os revisionistas chineses parecem ter aprendido a lição ao manterem firmemente o papel do partido enquanto se empenham em desenvolver uma burguesia com a sua «*sociedade civil*». Uma vez abolido ou reduzido o papel do partido e das suas associações de massas, o Estado passou a dispor apenas da violência como instrumento de disciplina social: um instrumento demasiado tosco

²⁷ **Élt sine**, Borís Nikoláievitch (1931-2007), membro do PCUS desde 1961, do CC desde 1981, candidato do *Politburo* (1986-88), secretário do CC (1985-86). Após terminar o Instituto Politécnico do Ural, trabalha na construção civil tornando-se engenheiro principal (1963) e chefe do combinado de construção de habitações de Sverdlovsk (1965). Secretário (1975) e primeiro secretário (1976-85) do Comité do *Oblast* de Sverdlovsk do PCUS, dirige a Secção de Construção do CC do PCUS (1985) e é eleito primeiro secretário do Comité da Cidade de Moscovo (1985). Em 1987 é exonerado dos cargos políticos, após ter criticado no plenário de Outubro a linha do partido. Eleito presidente do Soviete Supremo da RSFSR (1990-1991), abandona o PCUS no XVIII congresso (Junho de 1990), tornando-se presidente da Federação Russa (1991-1999). (N. Ed.)

para dirigir com eficácia uma sociedade moderna e totalmente inadequado para dirigi-la de um modo eficiente. «É preciso que o posto de trabalho e habitação deixem de ser um direito e se tornem em algo que temos de conquistar», proclamou logo nos anos 70 um alto dirigente da Europa de Leste (o polaco Mieczyslaw F. Rakowski,²⁸ que será primeiro-ministro em 1989). Na fase de ascensão dos primeiros países socialistas, pelo contrário, o Estado, entendido no sentido estrito do termo, pôde cumprir e cumpriu notavelmente o seu papel, porque era apoiado pelo partido comunista e pelas organizações de massas e trabalhava em conformidade com as suas orientações e sob o seu controlo.

Como os factos atestam, o sistema de direcção dos primeiros países socialistas revelou-se capaz de resistir a todos os tipos de agressão da parte da burguesia e das outras classes reaccionárias, capaz de corrigir os seus erros e de dirigir a actividade das massas populares em todos os domínios (económico, cultural e civil) com resultados nunca antes atingidos pela sua amplitude e rapidez. A realidade mostrou que os inimigos mais temíveis de um tal sistema de direcção eram principalmente internos, ligados à persistência da divisão de classes e da luta de classes no quadro da própria sociedade socialista: a burguesia específica da sociedade socialista. Um tal sistema de direcção podia degenerar, mas não podia ser quebrado pelos seus inimigos externos.

Para avaliar correctamente a força intrínseca que a combinação da sua linha de transformação da sociedade e o seu sistema de direcção da sociedade conferia aos países socialistas (que os tornou resistentes a qualquer agressão exterior), é preciso ter em conta igualmente os seguintes factos:

1. Os primeiros países socialistas foram dirigidos por indivíduos que, na sua grande maioria, não tinham formação e experiência anteriores de direcção e comando.

2. Tiveram de isolar e impor medidas discriminatórias a uma boa parte das classes mais cultas da antiga sociedade; estas tinham uma experiência maior de organização, de direcção e de comando, relações internas e internacionais mais amplas e dispunham ainda com frequência de meios financeiros consideráveis. Em todo o caso, possuíam um património cultural que lhes dava vantagem junto da nova classe dirigente e lhes permitia exercer todo o tipo de pressões sobre ela. Um ex-alto dirigente ou um intelectual que se considerasse maltratado dispunha de muito mais meios para se impor nos países socialistas do que um simples operário, uma criada ou empregada doméstica dispõe num país capitalista, mesmo no mais democrático e progressista.

3. Tiveram de enfrentar países com uma organização estatal testada, graças a uma experiência longa e relativamente estável, e uma classe dirigente forte com uma longa tradição de dominação.

²⁸ **Rakowski**, Mieczyslaw (1926-2008), historiador, jornalista, aderiu ao Partido Operário Polaco em 1946 (Partido Operário Unificado Polaco (POUP) em 1948), integrando o CC a partir de 1975. Em Setembro de 1988 é nomeado primeiro-ministro pelo presidente Jaruzélski, funções que exerce até Agosto do ano seguinte. Em Julho de 1989 foi eleito primeiro secretário do POUP. Nestas funções aceita a participação dos comunistas no governo de Tadeusz Mazowiecki, que toma posse com o apoio dos 150 deputados comunistas. Em 24 de Janeiro de 1990 promove a dissolução do POUP e cria o Partido Social-Democrata que é rapidamente renomeado Aliança da Esquerda Democrática. (N. Ed.)

4. A nova classe dirigente que se formava nos países socialistas era composta (e não podia ser de outra maneira) por indivíduos que, pela própria natureza do papel que desempenhavam, adquiriam inevitavelmente certas características dos membros das antigas classes dirigentes, já que tinham de exercer funções, desenvolver uma actividade e adoptar hábitos e costumes, em certa medida, análogos aos dos membros das antigas classes dirigentes. E quanto maior o atraso económico e cultural do país, mais difícil se tornava a substituição dos dirigentes e mais as suas condições de vida e a sua cultura se afastavam do nível médio das massas. Isto tornava-os num grupo social relativamente restrito de indivíduos, cada um personalizando um certo poder social. Cada um tornava-se um alvo tentador para a burguesia internacional: seja para balas de chumbo, seja para aliciantes presentes. Cada um corria o risco de reproduzir os procedimentos e métodos de direcção da burguesia, de se fossilizar e de se tornar de promotor da transformação da emancipação das massas em obstáculo a essa emancipação. Todos estes factores aumentavam a probabilidade de que representantes desta nova classe dirigente se tornassem membros de uma nova burguesia específica dos países socialistas, promotores de uma linha que consolidava a divisão de classes ainda existentes.

A consciência superficial que os comunistas tinham das relações de produção nas sociedades socialistas, pelo menos até à Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976), lançada pelo Partido Comunista da China dirigido por Mao Tsé-Tung, facilitou a consolidação desta burguesia específica das sociedades em transição do capitalismo para o comunismo. As depurações que atingiram por vagas a classe dirigente dos países socialistas respondiam, por conseguinte, a uma lei geral do socialismo, mesmo que, nos primeiros países socialistas, tenha sido aplicada com maior frequência sob a pressão da necessidade, instintivamente, com pouca consciência científica e, por conseguinte, com uma grande confusão e muitos erros.

Se correspondessem à realidade os rumores que correm de que Stáline preparava no início de 1953 uma nova e vasta depuração do partido e do Estado, situação que talvez tenha levado alguns dos mais altos dirigentes que lhe eram próximos a acelerar a sua morte, isso seria a confirmação da grande intuição revolucionária de Stáline. Em todo o caso, a União Soviética precisava de uma grande depuração depois da trégua na luta de classes observada para fazer frente à agressão nazi-fascista no quadro da linha da Frente Popular Antifascista, decidida no VII Congresso da Internacional Comunista (1935). É certo que os principais candidatos à sucessão, Lavrenti Béria²⁹ e Nikita Khruchov, eram ambos partidários de uma liberalização importante do regime, no sentido da consolidação dos

²⁹ **Béria**, Lavrénti Pávlovitch (1899-1953), membro do partido desde 1917, do CC desde 1934, do *Politburo* desde 1946 (candidato desde 1939). Nascido na Geórgia, trabalha entre 1921 e 1931 nos órgãos de contra-espionagem do Azerbaijão, Geórgia e Transcaucásia. Em 1931 torna-se primeiro secretário do Partido na Geórgia. Entre 1938 e 1948 e entre Março e Junho de 1953 é comissário/ministro dos Assuntos Internos. Responsável pela produção de armamento e munições, construção de aviões e de motores para a aviação, é nomeado marechal da URSS em 1945. Após a guerra dirige e participa directamente no desenvolvimento da bomba atómica soviética. Em 26 de Junho de 1953 é exonerado de todos os cargos e preso. O plenário de Julho do CC expulsa-o do Partido como inimigo da URSS. Em 23 de Dezembro, acusado de espionagem ao serviço da Grã-Bretanha e de tentativa de liquidação do regime soviético e de restauração do capitalismo, o Tribunal Supremo da URSS condena-o a fuzilamento. (*N. Ed.*)

poderes, do papel e da estabilidade da classe dirigente instalada, e não de uma nova depuração.

A grande força intrínseca dos primeiros países socialistas é inteiramente compreensível. Basta considerar que as energias, recursos, experiência, conhecimento e informação concentrados no partido comunista, que se estendia por todo o país e estava ligado aos partidos comunistas do resto do mundo, através da Internacional, fazia com que os operários, directa ou indirectamente ligados ao partido (por intermédio das suas organizações de massas), tivessem uma orientação justa e lançassem palavras de ordem justas, que sozinhos não seriam capazes de elaborar.

Isto introduzia na ampla base da pirâmide de classes, sectores e regiões, herdada da velha sociedade, um factor de desenvolvimento cultural e civil que subvertia a velha estrutura e as velhas concepções. O partido, por sua vez, extraía de cada um dos membros da sua estrutura de base uma massa de informação, à qual nenhum dirigente acederia sozinho, por mais atento e experimentado observador que fosse. Isto permitia concentrar no partido um verdadeiro conhecimento, profundo e pertinente das necessidades, aspirações, do estado de espírito e das capacidades das massas populares de todo o país. O partido estava assim em condições de processar este conhecimento à luz do património universal do movimento comunista e de o traduzir na linha política, em objectivos, métodos e palavras de ordem. Por si própria esta estrutura ligava entre si os operários das empresas de todo o país. Através dela os operários de cada empresa beneficiavam do balanço e dos ensinamentos das lutas conduzidas pelos operários de todo o país, estavam informados e preparados para manifestar solidariedade e deste modo apoiar as lutas dos operários de todo o país para levar por diante a transição para o comunismo. O mecanismo que animava este processo era regulado pelo centralismo democrático e estimulado pela prática da crítica-auto-crítica-transformação e pela luta entre duas linhas. Ele animará e impulsionará à luta e à vitória do conjunto da classe operária e das massas populares em todos os primeiros países socialistas na sua fase de desenvolvimento: até à segunda metade dos anos 50, no que respeita à URSS e às democracias populares da Europa de Leste, e até ao final dos anos 70 no que respeita à RPC.

De um ponto de vista geral, a diferença entre a democracia burguesa e o parlamentarismo, por um lado, e a democracia soviética ou proletária, por outro, resume-se a que a primeira colocou o centro de gravidade na proclamação solene e pomposa de todo o tipo de liberdades e direitos, não permitindo de facto desfrutá-las de forma minimamente suficiente, precisamente à maioria da população, aos operários e aos camponeses. Pelo contrário, a democracia proletária ou soviética coloca o centro de gravidade não para que se proclamem direitos e liberdades de todo o povo, mas para que na prática se garanta precisamente às massas laboriosas, que foram oprimidas e exploradas pelo capital, o acesso real à administração do Estado, a utilização real dos melhores edifícios e instalações para reuniões e congressos, das melhores tipografias e dos maiores armazéns de papel (reservas) para a instrução daqueles a quem o capital embrutecia e atormentava, se garanta precisamente às massas a

*possibilidade real (de facto) de gradualmente se libertarem do jugo dos preconceitos religiosos, etc. É precisamente nesta orientação de proporcionar aos trabalhadores e explorados possibilidades reais de usufruir dos bens da cultura e da civilização e da democracia que consiste o trabalho mais importante que o Poder Soviético deverá consequentemente prosseguir.*³⁰

VII

A originalidade dos primeiros países socialistas foi justamente a estrutura de poder do primeiro tipo. A partir de uma visão superficial das coisas, poder-se-ia pensar que se tratava simplesmente de uma estrutura organizativa (o partido e as suas organizações de massas), com os seus organismos de base e os seus membros penetrando cada alvéolo do país e cada sector da sociedade civil e política. Mas será que podemos dizer que o partido comunista se reduzia a uma organização presente, directa ou indirectamente (através das suas organizações de massas), em cada alvéolo da sociedade? De forma alguma. A mobilização da classe operária e de todas as outras classes oprimidas da velha sociedade através do partido comunista e das suas organizações de massas estava estreitamente ligada à natureza das tarefas para as quais o partido mobilizava as massas.

De maneira unilateral, os burgueses apenas viram nisto o aspecto organizativo. A maneira como os comunistas conseguiram mobilizar, em todos os domínios, as massas trabalhadoras e toda a população para realizar as tarefas estabelecidas pelo governo deixava-os estupefactos e suscitava a sua admiração. A hegemonia e o prestígio dos países socialistas manifestaram-se também neste domínio. A burguesia procurou imitá-los neste plano, tal como os imitou criando institutos e comissões para a planificação económica e sectores económicos públicos, da Itália de Mussolini³¹ aos EUA de Roosevelt.³² Keynes³³ pregou a intervenção do Estado na

³⁰ V.I. Lénine, «Projecto de programa do PCR(b)» (1919), *Obras Completas* (em russo), Izdatelstvo Politícheskoi Literaturi, Moscovo, 1969, t. 38, p. 94. (N. Ed.)

³¹ **Mussolini**, Amilcare Andrea (1883- 1945), político italiano que liderou o Partido Nacional Fascista. Primeiro-ministro da Itália em 1922, começou a usar o título *Il Duce* desde 1925. Atribui-se o título oficial de «Benito Mussolini» em 1936. Permaneceu no poder até ser substituído em 1943, mas ainda liderou, por um curto período, a República Social Italiana (*República de Salò*). Foi capturado pela resistência italiana e executado com a sua companheira, Clara Petacci, em 28 de Abril de 1945, ficando os seus corpos pendurados durante vários dias na Piazza Loreto em Milão. (N. Ed.)

³² **Roosevelt**, Franklin Delano (1882-1945), 32.º presidente dos Estados Unidos (1933-45), o único a ser eleito para quatro mandatos. Em 1910, vence a eleição para senador no Estado de Nova Iorque, ocupando o cargo de secretário adjunto da Marinha, em 1913, sob a presidência de Wilson. Em 1929 é eleito governador do Estado de Nova Iorque e consegue derrotar Herbert Hoover nas presidenciais de 1932. Em plena depressão económica lança um programa para a recuperação da economia, que ficou conhecido como New Deal, e funda a Segurança Social já no final da década. Participa nas conferências de Teerão e Láta ao lado de Churchill e de Stáline e tem um papel activo na concepção da Organização das Nações Unidas. (N. Ed.)

³³ **Keynes**, John Maynard (1883- 1946), economista britânico defensor de uma política intervencionista do Estado, através da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias

economia e Hitler levou-a à prática. Os estados-maiores burgueses estudavam as doutrinas militares do Exército Vermelho e os escritos militares de Mao Tsé-Tung. Mesmo a burguesia, como dizia W. Churchill, precisava «*de levar as massas populares a uma colaboração real com a honra e os interesses do Estado*». Pensava que bastava comprar homens de confiança, doutriná-los e infiltrá-los em cada sector da sociedade. É claro que isto significava a infiltração entre os trabalhadores e em particular dos operários. Com os meios de que dispunha, o prestígio social dos seus representantes e das suas instituições, não foi difícil à burguesia imperialista recrutar grupos de pessoas ao seu serviço em cada empresa, escola, escritório ou oficina, em cada destacamento do exército ou da polícia, em cada tribunal ou instituição. Foi isto que fizeram explicitamente e em grande escala, primeiro, o fascismo em Itália, depois o nazismo na Alemanha. Foi isto que fez o Vaticano com as suas organizações operárias e os seus sindicatos brancos. Foi isto que fizeram os grupos imperialistas norte-americanos adaptando-se à tradição e às condições dos EUA, com a grande expansão dos sindicatos patronais e com o desenvolvimento do *FBI*. Nos anos 20 e 30, a burguesia procurou construir em cada país organizações públicas e organizações secretas de contra-revolução preventiva, inspiradas no modelo dos países socialistas. Aliás, era o modelo aplicado no passado pelo próprio clero em muitos países: um padre por cada centena de pessoas foi suficiente para doutrinar, controlar e dirigir as massas populares enquanto os tempos foram calmos. Mas a questão mantinha-se inalterada: tudo isto apenas funcionava se as contradições sociais não ultrapassassem um certo nível de antagonismo.

A forma de direcção que os primeiros países socialistas tinham inventado só funcionava (e funcionava notavelmente) para mobilizar as massas populares para a realização dos seus próprios objectivos, conforme aos seus interesses objectivos de classe. Tentar utilizá-la para objectivos contrários aos interesses das massas populares revelou-se inútil. No caso dos países burgueses, os organismos ramificados criados pela burguesia revelaram-se totalmente impotentes precisamente nas circunstâncias em que seriam mais necessárias: nos momentos em que as sociedades burguesas tiveram de enfrentar as situações mais difíceis como as crises ou as guerras. Mesmo nos países socialistas, a partir da altura em que a direcção dos partidos comunistas ficou sob o controlo dos revisionistas, a organização comunista transformou-se gradualmente, em certa medida, numa organização semelhante àquelas criadas pela burguesia imperialista, para em seguida ter o mesmo destino. Ao trair os interesses de classe dos operários, os revisionistas modernos corromperam e desmoralizaram pouco a pouco os membros do partido, em particular os operários e, assim, esboroaram a própria coesão do partido.

Uma coisa é uma célula de comunistas, de pessoas culturalmente de vanguarda, generosas e corajosas, que, apoiadas na força social concentrada no partido e no Estado, mobilizam os seus camaradas para resolver os seus problemas imediatos, alargar os seus conhecimentos e elevar a sua consciência até se tornarem membros activos e conscientes de corpo inteiro da sociedade, de modo a compreenderem e participarem na realização das tarefas socialmente necessárias, mesmo naquelas

para mitigar os efeitos adversos dos ciclos económicos do capitalismo (recessão, depressão e bolhas). (N. Ed.)

que são estranhas à experiência imediata e directa dos indivíduos, para melhorar a sua vida, melhorar-se a si mesmos e melhorar as suas relações com o resto da sociedade. Outra coisa bem diferente é uma organização de indivíduos, mesmo que muito ramificada, que devem convencer e constranger os seus camaradas de trabalho ou os seus vizinhos a continuar submetidos à classe dominante, a trabalhar e sacrificar-se para servir os seus interesses e alimentar os seus privilégios, e que devem fazer acreditar aos seus camaradas de trabalho, aos seus vizinhos que os interesses das classes dominantes se identificam com os deles, que «*estamos todos no mesmo barco*».

O dever dos primeiros é apoiado e reforçado pela experiência concreta, directa e imediata de cada pessoa. O dever dos segundos é, pelo contrário, desacreditado e contraditado precisamente pela experiência directa e imediata, da qual a burguesia não pode desviar as massas.

Levar persistentemente as massas, e em primeiro lugar os operários, a executar e realizar com empenho e generosidade as tarefas da sociedade é uma necessidade e uma aspiração da classe dirigente em qualquer sociedade em que as forças produtivas já têm um carácter colectivo. Até a burguesia o desejaria. Mas a questão é que, nos primeiros países socialistas, graças à direcção do partido comunista, as tarefas, mesmo as mais abstractas e universais da sociedade, coincidiam com as necessidades e aspirações da classe operária, e até um certo ponto também com as das restantes massas populares. Por isso foi possível criar e desenvolver com continuidade uma mobilização capilar. Mas foi a linha de transformação comunista da sociedade, seguida pelo partido comunista, que tornou possível a mobilização capilar das massas, foi esta linha que constituiu o elemento decisivo em tudo. O partido comunista conseguiu ser um farol em torno do qual se reuniram as massas, indicando-lhes o caminho que elas seguiam efectivamente, porque reconheciam como seu o caminho indicado, o que confirmavam à medida que o percorriam.

Organização comunista, linha de transformação comunista da sociedade e linha de massas (o método de direcção) caminham juntos, e é a linha e o método comunista que constituem a parte decisiva. Com a linha e o método comunista foi possível criar uma organização que não existia. Enquanto uma organização, por muito presente e ramificada que esteja nas massas (evidentemente que a burguesia com o seu dinheiro e influência moral e intelectual pode construir organizações ramificadas), mas que promove e impõe os objectivos e fins contrários aos interesses e aspirações das massas, tarde ou cedo fracassará. Os seus membros ver-se-ão isolados das massas ou então serão eles próprios influenciados pelas massas: ou se transformam em polícias, espões, assassinos odiados pelas massas, ou deixam de obedecer às directivas e às ordens que recebem de cima.

Esta foi a experiência das organizações públicas fascistas e nazis com as quais a burguesia tentou imitar os partidos comunistas e procurou controlar e dirigir as massas populares. Com o seu triste fim, os revisionistas modernos confirmaram a mesma lei. Após conquistarem as direcções dos partidos comunistas dos primeiros países socialistas, tornaram-nos incapazes de orientar e mobilizar as massas, e suscitaram o ódio destas. Só a voragem da barbárie na qual se viram lançados pela «*restauração do capitalismo, a qualquer preço e por todos os meios*», efectuada depois de 1990, permitiu reabilitar, em certa medida, aos olhos das massas populares, os grupos revisionistas dos ex-países socialistas, da URSS e da Europa Oriental, como atestam os seus recentes êxitos eleitorais.

A capacidade de direcção do partido comunista e das suas organizações de massas estava, por conseguinte, estreitamente ligada à tarefa da transformação da sociedade perseguida pelo partido.

Com efeito, no período da sua ascensão, em todos os países socialistas cada relação social era sujeita a verificação, nada era subtraído ao princípio da crítica e da transformação. Qualquer obstáculo à realização da melhoria do bem-estar material e moral das massas populares, colocado pela propriedade privada dos recursos económicos e intelectuais da sociedade e pela tradição, era removido ou atenuado. Os rendimentos não provenientes do trabalho foram limitados ou completamente abolidos. A obrigação de efectuar um trabalho socialmente reconhecido como necessário, ou pelo menos útil, tornou-se universal. Já na Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia de 1918 se afirmava explicitamente que «*o serviço geral do trabalho é obrigatório para todas as pessoas entre os 14 e os 50 anos*». O trabalho tornou-se a única fonte e justificação do rendimento individual. Deste modo foram drenadas as principais fontes da criminalidade: tanto as que decorrem das necessidades individuais como as que decorrem da avidez por riquezas pessoais e da vontade de se esquivar à contribuição pessoal com trabalho.

A maior parte dos comportamentos associativos herdados da velha sociedade tornaram-se recuperáveis: a reinserção social dos criminosos deixou de ser uma hipocrisia. «*Quem não trabalha não come*» tornou-se um critério universal praticado e imposto sob o controlo omnipresente das massas. A inserção de cada indivíduo na sociedade tornou-se um objectivo normal da sociedade em relação a cada indivíduo, sem esperar que a sua exclusão se transforme numa fonte de comportamentos associativos e criminais. A erradicação do analfabetismo, o acesso ao ensino superior, a emancipação das mulheres, a eliminação da marginalização social e da discriminação racial e nacional, a participação no património cultural da sociedade, nas actividades sociais e na sua gestão atingiram níveis nunca antes vistos em nenhum país.

A discriminação positiva tornou-se um critério amplamente praticado. Nos sítios onde o acesso a um papel social, a uma escola ou a uma promoção, era limitado pela força das coisas, aplicavam-se medidas no sentido de promover efectivamente os membros das antigas classes oprimidas (operários e camponeses), os membros das minorias nacionais e das nações mais atrasadas e oprimidas, as mulheres. Isto para corrigir a injustiça que os mecanismos económicos e sociais herdados da velha sociedade perpetuavam. As lamentações das antigas classes que se queixavam de que os filhos dos operários e dos camponeses ocupavam os lugares dos seus rebentos foram uma constante em todos os países socialistas. A revolução cultural efectuada na URSS (1927-1932) foi a aplicação sistemática da discriminação positiva no acesso às instituições educativas e muniu a URSS de um grande número de técnicos, pessoas cultas e dirigentes de origem operária e camponesa. Amíúde, operários e camponeses escolhidos pelos respectivos colectivos laborais e libertados da produção frequentavam instituições culturais e universidades ou exerciam funções de direcção.

A concretização de todas estas transformações foi evidentemente gradual e por etapas, em velocidades diferentes, de acordo com o nível de desenvolvimento da luta de classes e do grau de desenvolvimento cultural do país, das regiões e dos grupos sociais. O método de direcção, designado mais tarde por Mao de «linha de

massas», implicava que o partido mobilizasse as massas para realizar em cada etapa as medidas progressivas que elas reconheciam como justas pela sua própria experiência. Teorizando a experiência das massas, o partido elaborava as medidas e apresentava-as à população, propagando-as, demonstrando a sua eficácia através de experiências tipo e de outras iniciativas, de tal maneira que as próprias massas as adoptavam e as generalizavam. Experiências de vanguarda iniciadas por sectores avançados das massas eram elevadas à categoria de exemplos, caso dos «sábados comunistas» (*Uma Grande Iniciativa*, Lénine, Julho de 1919³⁴) e do papel desempenhado na República Popular da China pelos camponeses de Tachai e pelos operários de Taching (*Obras de Mao Tsé-Tung*).

As primeiras medidas concretas para a transformação da sociedade foram em parte ditadas pelas necessidades imediatas existentes no momento em que a classe operária tomou o poder. Na base dos recursos disponíveis e das capacidades de organização e de administração da classe operária e das massas populares, tratava-se de responder às necessidades imediatas individuais e colectivas, satisfazê-las na maior medida possível, combinar a satisfação das necessidades imediatas com a criação das condições necessárias para assegurar a reprodução ampliada e a defesa, adoptando com este fim os sistemas e medidas que mais valorizavam e desenvolviam a criatividade das massas populares, que favoreciam a sua mobilização e a sua organização.³⁵

As memórias da época, mesmo aquelas escritas por anticomunistas, os relatos de sobreviventes do período de desenvolvimento dos primeiros países socialistas, a literatura e os filmes desses anos, os jornais, etc., tudo testemunha uma poderosa, entusiástica, generosa e diversificada mobilização das massas populares para transformar o mundo e se transformarem a si mesmas. Foi este impulso das massas, que os partidos comunistas dos primeiros países socialistas souberam suscitar e dirigir, que permitiu alcançar nestes países progressos milagrosos no campo económico e cultural, os quais a burguesia imperialista invejava e tentava abafar e ocultar, e que durante várias décadas animaram as classes e povos oprimidos do mundo inteiro a lutar pela instauração do socialismo.

VIII

Porquê e como os primeiros países socialistas enveredaram pela via do desgaste que os conduziu à derrocada? A razão é que, em dado momento, os comunistas não souberam traçar e indicar a linha capaz de fazer avançar a revolução nos países socialistas, para além dos resultados alcançados, e apoiar eficazmente a revolução socialista nos países imperialistas, nem a revolução da nova democracia nos países atrasados oprimidos pelo imperialismo.

Para retomar as palavras do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, foi a falta de «*compreensão das condições do curso e dos resultados gerais do movimento proletário*» (isto é, a inadequação da sua concepção do mundo ou do

³⁴ V.I. Lénine, *Uma Grande Iniciativa (Sobre o heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos Sábados Comunistas)*, Ed. cit., t. III, pp. 139-160. (N. Ed.)

³⁵ Karl Marx, *Crítica do Programa de Gotha*, ed. cit., t. III, pp. 5-30. (N. Ed.)

seu trabalho de análise e elaboração) que impediu os comunistas de continuarem a ser «o sector mais decidido, sempre impulsionador».³⁶

Em 1945, no final da II Guerra, os comunistas estavam convencidos, aliás tal como a burguesia, que, ao nível mundial, a grande crise que acabava de terminar iria recomeçar. Esperavam que esta crise conduzisse ao desmoronamento dos países capitalistas e arrastasse as massas populares para a revolução socialista. Logo subestimaram o papel da iniciativa subjectiva revolucionária.

No que respeita à União Soviética e aos países socialistas da Europa de Leste, os comunistas não souberam aproveitar o grito de alarme lançado por Stáline em 1952 na sua obra *Problemas Económicos do Socialismo na União Soviética*, sobre a urgência de enfrentar as contradições que se manifestavam na URSS e noutros países socialistas. Estavam convencidos de que as conquistas alcançadas se tinham tornado irreversíveis com a vitória na guerra contra a agressão dos fascistas nazis e com a criação do grande campo socialista. Por outro lado estavam convencidos de que os contrastes de classe se tinham atenuado na União Soviética. Já vimos que esta tese tinha sido expressa na Constituição de 1939. Para a esquerda, isto significava uma pausa na luta de classes, imposta pela necessidade de reforçar interna e internacionalmente a unidade contra o fascismo nazi. Esta foi a aplicação concreta na URSS da linha da Frente Popular Antifascista, aprovada no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935. Mas isto teve o efeito colateral de reforçar a direita no partido e também a burguesia na sociedade, bem como a infiltração dos agentes imperialistas na URSS. A colaboração com os países capitalistas «democratas» (OS EUA e a Grã-Bretanha) durante a guerra enfraqueceu na União Soviética as discriminações de classe, permitiu e impôs a criação de laços múltiplos entre a burguesia imperialista e os dirigentes da União Soviética (no seio da qual estava aninhada a nova burguesia característica dos países socialistas). O desfecho vitorioso da guerra contra o fascismo e a formação do campo socialista depois da guerra mostraram que a linha da Frente Popular antifascista era justa. Mas uma vez terminada a guerra, era preciso retomar a luta de classes em grande escala, e portanto as discriminações de classe – necessárias até ao momento em que a divisão de classes estivesse efectivamente extinta. De resto, Stáline tinha compreendido claramente e enunciado a lei segundo a qual as contradições de classe ainda se agudizariam à medida de que a União Soviética avançasse para o comunismo. Mas, como já tinha mostrado a discussão sobre a Constituição de 1935 e o debate no XVIII Congresso (1939), a esquerda nos partidos comunistas, incluindo no PCUS, não tinha uma consciência clara da natureza da nova burguesia que se forma inevitavelmente nos próprios países socialistas. Só via a velha burguesia proprietária no plano jurídico dos meios de produção e através das suas manifestações residuais no campo económico e cultural. Tinha pois uma compreensão inadequada da natureza das relações de produção que foi esclarecida mais tarde por Mao Tsé-Tung, na base da experiência soviética. Os apelos de Jdánov na União Soviética, em 1946-1947, ao reinício da luta de classes não foram integrados na linha do partido devido ao seu súbito falecimento, que foi muito provavelmente o resultado dos laços que os imperialistas dos EUA haviam tecido na URSS durante a guerra, amplificados depois pela integração dos serviços secretos nazis. O confronto que teve lugar precisamente no início dos anos 50 na União

³⁶ *Manifesto do Partido Comunista, op. cit.*, p. 118 (N. Ed.)

Soviética, a propósito do *Manual de Economia Política*, foi um sintoma da necessidade de um avanço radical dos comunistas no campo teórico.

Nestas condições, a direita encontrou terreno favorável. Para os países imperialistas defendia reformas e conquistas graduais («*reformas de estrutura*») já antecipadas por Browder para os EUA. Para os países socialistas, a direita apoiava a adopção de medidas de direcção semelhantes às praticadas pela burguesia: a atenuação ou a negação da luta de classes, a eliminação de discriminações positivas, que pelo contrário devem ser utilizadas até ao momento em que a divisão em classes se extingue realmente, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei (isto é, leis iguais para cidadãos ainda desiguais), o Estado «*de todo o povo*», o partido aberto «*a todo o povo*» unicamente na base da aceitação do programa político, a autonomia financeira das empresas e as relações comerciais entre elas, os resultados financeiros como o principal critério de avaliação da actividade das empresas, os estímulos económicos individuais como principal motor da iniciativa individual, a restauração dos rendimentos não provenientes do trabalho, etc. Para os países coloniais, a direita defendia o abandono da revolução da nova democracia e a passagem às condições de país semi-colonial, sob a direcção da burguesia nacional, da burguesia compradora e da burguesia burocrática.

A chantagem exercida pelos imperialistas dos EUA com a destruição de Hiroxima e de Nagasáki (1945), a ameaça de uma guerra química e bacteriológica posta em prática na China e na Coreia (1950-1953) e a corrida aos armamentos (criação da NATO, etc.), tudo isto reforçou a acção interna da direita. Para ela, a convergência gradual dos dois sistemas sociais, capitalista e socialista, (da qual o célebre físico A. Sákharov³⁷ foi o triste porta-estandarte), deveria tornar-se a linha a seguir nas relações internacionais. Na realidade, o êxito dos revisionistas modernos nos partidos comunistas marcou o início do período de decadência dos países socialistas, que desembocará na sua derrocada em 1990.

Certas pessoas consideradas muito à esquerda sustentam que os países do campo socialista foram derrotados pelos grupos e estados imperialistas. Sustentam igualmente que defender a tese de que o desmoronamento se deveu ao trabalho de corrupção interna, realizado durante décadas pelos revisionistas modernos, seria denegrir os países socialistas. Por seu lado, os revisionistas modernos só teriam conseguido chegar à direcção dos partidos comunistas devido às limitações da esquerda nesses mesmos partidos (a qual não terá sabido responder de modo adequado às tarefas colocadas na ordem do dia pela situação).

Para além de o estudo dos acontecimentos demonstrar a justeza desta segunda tese, lembremos que depois da derrota da Comuna de Paris (1871), Marx e Engels denunciaram, é certo, a vileza e a ferocidade da burguesia, mas atribuíram a derrota desta heróica empresa, não à burguesia, mas sim às limitações e aos erros dos

³⁷ **Sákharov**, Andrei Dmítrievitch (1921-1989), físico soviético, participante no projecto da bomba atómica (desde 1948) e de criação da primeira bomba termonuclear (de hidrogénio). Laureado com o Prémio Stáline (1953), três vezes com a medalha de Herói do Trabalho Socialista e com o Prémio Lénine (1956), insurge-se em 1966 contra o que designou como «regeneração» do culto da personalidade de Stáline, subscrevendo uma carta colectiva ao XXIII Congresso do PCUS. Recebe o Prémio Nobel em 1975, sendo detido em 1980 após se manifestar contra intervenção militar no Afeganistão. Em 1985 é libertado por Gorbatchov da prisão domiciliária na cidade de Górkí e regressa a Moscovo. Eleito deputado em 1989, defende fervorosamente a restauração do capitalismo e o fim do socialismo na URSS

*communards (A Guerra Civil em França*³⁸). Com isso, não denegriram a experiência da Comuna, mas antes tiraram desta experiência ensinamentos para a primeira vaga da revolução proletária. Enquanto materialistas dialécticos, sabiam que as causas internas e não as causas externas são, em geral, o facto principal do desenvolvimento de qualquer coisa.

A primeira vaga da revolução proletária, de que os primeiros países socialistas foram a primeira grande criação, atolou-se ante as tarefas que tinha para resolver, após as grandes vitórias das primeiras décadas. Num certo sentido foi como a Comuna de Paris, que, uma vez Paris conquistado, não cumpriu a tarefa de perseguir e liquidar a burguesia francesa, que se havia retirado para se concentrar em Versalhes e preparar o contra-ataque.

IX

Os primeiros países socialistas, embora se tenham desmoronado, deixaram uma marca profunda no mundo e lançaram bases indeléveis para o nosso futuro.

Em primeiro lugar, foram a demonstração prática, em grande escala, durante um período relativamente longo e em condições diversificadas, de que os operários e os outros trabalhadores podem associar-se, organizar-se e dirigir-se sem capitalistas e sem patrões. Hoje, se olharmos bem para a sociedade actual, constataremos que ela não se aguentaria de pé sem o trabalho voluntário e zeloso de milhões de pessoas que, ou não são remuneradas pelo seu trabalho (como por exemplo as mães, as domésticas, os operários que exercem funções sindicais ou políticas), ou são remuneradas numa proporção muito inferior ao zelo e paixão que as animam no seu trabalho. Mas os trabalhadores ainda não adquiriram massivamente as aptidões necessárias para dispensarem os patrões. E não podem desenvolvê-las se não começarem por dispensá-los.

Milénios de história enraizaram a convicção de que sem os patrões, os trabalhadores não são capazes de se organizar e produzir. Os patrões e os seus padres reafirmam incessantemente o seu papel sagrado na ordem social «*natural*» determinada por deus. É verdade que, durante milénios, a divisão de classes e a exploração tiveram um papel progressivo: as sociedades que não as adoptaram ficaram atrasadas e finalmente desapareceram. Isto enraizou uma convicção tão profunda que é difícil contrariar, mesmo agora quando a divisão de classes não corresponde mais à necessidade e se tornou mesmo um colete-de-forças, que nos asfixia e impede de utilizar as grandes forças produtivas existentes para melhorar as condições materiais e espirituais de vida, em vez de constituírem meios de destruição e de grande opressão. Trata-se de uma convicção tão enraizada como a da discriminação contra as mulheres ou as divisões nacionais, cujo carácter atrasado e residual, apesar das bênçãos que recebem dos padres, foi demonstrado em grande escala pelos primeiros países socialistas.

Em segundo lugar, os primeiros países socialistas tiveram uma influência positiva sobre a luta de classes no mundo inteiro. Durante décadas exerceram uma pressão constante sobre as classes dominantes em todos os países e constituíram um estímulo permanente para as classes e povos oprimidos do planeta aos quais

³⁸Karl Marx, *A Guerra Civil Em França*, ed. cit., t. II, pp. 195-266. (N. Ed.)

transmitiram inspiração e apoio solidário. Nos anos 30, enquanto os países capitalistas atravessavam uma crise terrível, a URSS, que se erguera num país devastado pela guerra e era alvo de todo o tipo de agressões incessantes e multiformes, realizou progressos imensos em todos os domínios, assegurando uma vida digna a todos os que trabalhavam e generalizando o progresso cultural e sanitário, etc.

Sob a pressão dos primeiros países socialistas e do movimento de massas populares, encorajado pelo seu exemplo e a sua linha, a burguesia imperialista foi obrigada a empenhar-se em demonstrar na prática aos trabalhadores que «*no capitalismo era melhor que no socialismo*». Teve de fazer concessões de todo o tipo que alteraram profundamente as condições materiais e espirituais das massas populares. São estas conquistas que a burguesia imperialista tenta hoje eliminar de modo a criar condições satisfatórias para valorizar o seu capital. Mesmo neste período em que o movimento comunista, enquanto movimento consciente e organizado, é extremamente fraco, constitui um grande avanço cultural a grande mobilização de 15 de Fevereiro de 2003 contra os grupos capitalistas dos EUA dispostos a atacar o Iraque. Hoje ainda, o grupo de neonazis acolitados na administração Bush defende uma política de guerra preventiva em toda a parte no mundo, afirmando que os grupos imperialistas não devem permitir que surjam adversários temíveis e omnipresentes como foram a URSS e o campo socialista.

Em terceiro lugar, os primeiros países socialistas deram provas da superioridade do comunismo sobre o capitalismo. Durante a primeira vaga da revolução proletária, sob a direcção dos partidos comunistas, as massas populares venceram a burguesia imperialista, rechaçaram todas as tentativas revanchistas e restauracionistas e todas as agressões da burguesia imperialista, e construíram países socialistas invencíveis e capazes de realizar grandes progressos, cuja influência irradiava por toda a parte e inspirava força, confiança e dinâmica às massas populares. As derrotas sofridas pelos imperialistas dos EUA na Coreia, na Baía dos Porcos (Cuba) e no Vietname permanecem tanto na memória dos proletários como dos burgueses.

Foi só quando os revisionistas modernos tomaram as direcções dos partidos comunistas, com as suas soluções burguesas para os problemas da sociedade socialista, e pretenderam dirigir as sociedades socialistas, não como os verdadeiros comunistas as tinham dirigido (partido, organizações de massas, linha de massas), mas como os burgueses dirigem os seus próprios empregados (na relação dentro das fábricas), as massas populares (com as políticas macroeconómicas e a política em geral), e a si próprios (democracia burguesa e guerras inter-imperialistas), que os países socialistas se tornaram instáveis e começaram a proteger-se com barreiras e métodos policiais contra a influência da burguesia: a correlação das forças inverteu-se.

Em quarto lugar, os primeiros países socialistas lançaram uma luz nova sobre a natureza e o papel do partido comunista. Mostraram que para ser membro do partido comunista, as três condições colocadas no início do século XX pelos bolcheviques (aceitar o programa do partido, integrar uma das suas organizações, apoiar financeiramente o partido com os meios e recursos) não eram suficientes. Cada membro do partido deve também estar disposto a assimilar a concepção materialista dialéctica do mundo e o método materialista dialéctico de agir e pensar

(centralismo democrático, crítica-autocrítica-transformação, luta entre duas linhas no partido, linha de massas).

Em quinto lugar, os primeiros países socialistas mostraram onde se encontra a burguesia no seio da nova sociedade. Lênine havia falado com razão de um «*capitalismo sem capitalistas*»,³⁹ que persistia no socialismo. A experiência mostrou que a formulação exacta era de que «*o capitalismo persistia sem os antigos capitalistas*», que as relações de produção capitalistas sobreviveriam no próprio momento em que se desenvolviam contra elas as novas relações de produção comunistas, e que a luta entre as duas relações era incarnada na luta de classes específica da sociedade socialista. A luta entre as duas vias, entre as duas classes e entre as duas linhas é uma lei de toda a fase socialista da humanidade.

Em sexto lugar, os primeiros países socialistas legaram-nos um património de experiências ao qual podemos e devemos recorrer para compreender o que é preciso fazer e como não se deve fazer. Dispomos igualmente de exemplos positivos e negativos para a próxima segunda vaga da revolução proletária. É por isso que é indispensável que os grupos e organismos que trabalham para o renascimento do movimento comunista estudem a fundo esta experiência. Os primeiros países socialistas abriram uma estrada que nenhuma guerra preventiva da burguesia imperialista, nem nenhum exorcismo dos seus padres poderão apagar. Hoje, compete aos comunistas assimilar os ensinamentos dos primeiros países socialistas e utilizá-los, como os dirigentes da primeira vaga da revolução proletária assimilaram e utilizaram os ensinamentos da Comuna de Paris.

³⁹ Na obra *A Catástrofe Que Nos Ameaça e Como Combatê-la*, (Setembro de 1917), *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Avante!, Lisboa, 1981, p. 195, Lênine refere precisamente: «*O socialismo não é outra coisa senão o passo em frente do monopólio capitalista de Estado. Ou de outro modo: o socialismo não é outra coisa senão o monopólio capitalista de Estado usado em proveito de todo o povo e que, nessa medida, deixou de ser um monopólio capitalista*». Daqui o nosso autor infere que Lênine se referiu ao socialismo como «capitalismo sem capitalistas». (N. Ed.)